Revista da

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XIX nº 94 • Outubro de 2016 a Janeiro de 2017

50 anos do Palácio do Itamaraty

• **Criada Frente Parlamentar em Defesa da Diplomacia**
(Página 06)

• **ADB consegue manter Irex fora do abate-teto**
(Página 18)

AÇÕES DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO SAMS/DSE – 2017

INFORMAÇÕES COM A PSICÓLOGA JULIANA FRÓIS (2030-9005)

A PAIXÃO PELA VIDA COMEÇA COM A SAÚDE. PARTICIPE DAS ATIVIDADES, CUIDE-SE.

FEV

PREVENÇÃO AO ESTRESSE NO TRABALHO

Dia 16

Oficina de Gerenciamento do Estresse. Servidores e funcionários do MRE que participarem da palestra terão direito a uma sessão de massagem relaxante.

MAR

SAÚDE DA MULHER - 3ª EDIÇÃO

DIA 08

Palestra e oficina "Climatério e prevenção dos cânceres femininos"

JUN*

SEMANA DE PREVENÇÃO DO TABACO, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS - 3ª EDIÇÃO

Dia 27

Roda de conversas com o AA, RAV e Forças Especiais

SET

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO BREVE EDUCAÇÃO PARA A APOSENTADORIA - PEA

DIAS 5, 6 E 7

2ª edição do Programa de Educação para a Aposentadoria

OUT

SAÚDE MENTAL E ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NO TRABALHO

DIA 10

Palestra "Os transtornos mentais e a importância da Higiene do Sono"

OUT

SAÚDE MENTAL E ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NO TRABALHO

DIA 17

"Os transtornos alimentares e os cuidados no trato digestivo"

PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 26/10/2016.

NOV

NOVEMBRO AZUL A SAÚDE DO HOMEM

DIA 9

2ª roda de conversa "A Saúde do Homem" (hipertensão, diabetes e câncer de próstata)

*EM JUNHO SERÁ PROMOVIDO, PARCEIRA COM A UNIDADE SIASS MTB E FAZENDA, "ENCONTRO DAS FAMÍLIAS" DE DEPENDENTES QUÍMICOS ASSISTIDOS E EM ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL (CO-DEPENDÊNCIA E PREVENÇÃO DE RECAÍDA).

EXPEDIENTE

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XXIII – nº 94
Edição Outubro de 2016 - Janeiro de 2017
ISSN 0104–8503

CONSELHO EDITORIAL
Embaixadora Vitória Alice Cleaver
Embaixador Ronaldo Costa Filho
Secretária Marcela Campos de Almeida

TEXTOS
Embaixadora Vitória Alice Cleaver
Embaixador Lúcio Amorim
Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro
Embaixador Marcelo Raffaelli
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Conselheiro Heitor Granafei
Conselheira Juliana Soares Santos
Secretária Christiane Silva Aquino Bonomo
Secretária Marcela Campos de Almeida
Sarah Theurich Baracuhy (AFSI)

EDIÇÃO
Secretária Marcela Campos de Almeida
Ronaldo de Moura

REVISÃO
Ana Cristina Paixão

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÂO
Cristian Lisboa
Wagner Ulisses

ILUSTRAÇÃO
Conselheiro Flavio Marcílio Moreira Sapha

PRODUÇÃO EDITORIAL
Gestão Criativa – Soluções de Comunicação Integrada

IMPRESSÃO
Gráfica Coronário

TIRAGEM
3.000

SUMÁRIO

4 **Carta aos associados**

6 **Gestão em foco**

9 **Pelo mundo** - Chancelaria australiana

14 **Inclusão** - CPPD comemora adoção de políticas para pessoas com deficiência

18 **ADB Negocia -** Teto remuneratório em reais não será aplicado a indenizações no exterior

20 **Matéria de Capa** - O Itamaraty e o *design*

30 **Espaço da Família** - A naturalização brasileira

32 **Serviço** - A nova estrutura regimental da Secretaria de Estado

35 **Flôr do Lácio**

36 **Crônica** - Altri tempi

38 **Artes Plásticas** - Exposição traz panorama sobre trajetória de Marcos Duprat

40 **Memória** - Eduardo Moreira Hosannah, uma carreira dedicada à Administração

43 **Prata da casa**

46 **Humor** - Compostura sem dobrar a espinha

Caros leitores e leitoras,

Com a aproximação do fim do ano, é hora de desejar aos nossos associados e leitores um Feliz Natal e um 2017 de saúde, paz e prosperidade.

Em 21 de novembro de 2016 foi eleita uma nova Diretoria para a ADB e ADB Sindical e um novo Conselho Fiscal (vide seção Gestão em Foco). Encerrou-se assim, naquela data, a gestão para o biênio 2014-2016, que foi marcada por uma série de realizações.

Entre as providências que ajudaram o desempenho da Diretoria no biênio estão o maior espaço dado aos jovens na Diretoria, que resultou em rapidez no tempo de reação às principais demandas da carreira; as novas ferramentas de mídia social (canais no Facebook e Twitter), criação da lista de discussão por e-mail, o eADB, a reformulação do sítio da Associação; e a contratação de duas novas assessorias, parlamentar e de comunicação, que se somaram à jurídica, com que já contávamos.

No biênio foram movidas três ações judiciais. A primeira contra o Sinditamaraty, motivada pelo dissenso quanto ao reajuste salarial não linear entre as carreiras do SEB, tendo sido obtida liminar a favor da ADB, que impede recomposição das perdas inflacionárias em percentuais diferentes entre as carreiras. Impetramos também duas ações judiciais a respeito do pagamento do 13º salário no exterior (mais informações na seção Gestão em Foco). Foi dado, ainda, início ao processo de criação da ADB Sindical, que agora está pendente de homologação do Ministério do Trabalho e Emprego. Novos estatutos foram elaborados para a ADB e a ADB Sindical, para atualizar as competências de ambas entidades.

Buscou-se interlocução direta com o Ministério do Planejamento sobre pautas remuneratórias e não remuneratórias, embora a Pasta só negocie questões salariais com entidades sindicais.

Com o reajuste da contribuição da ADB no Brasil e, em breve, no exterior, começamos a fazer frente aos novos desafios e aumentar seu poder de atuação. Ademais da contratação de novas assessorias, os Grupos de Trabalho desenvolveram estudos detalhados sobre auxílio-educação e remuneração. O resultado desses GTs está disponível, para *download*, em formato pdf, na área restrita ao associado, no sítio da ADB.

Pela primeira vez, a ADB passou a atuar no Congresso Nacional de forma institucionalizada, em defesa dos interesses da carreira diplomática. Dentre os resultados desse trabalho, cabem destacar os seguintes:

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Diplomacia

Estabelecida em outubro de 2016, resultou de quase um ano de gestões nas duas casas do Congresso. A FreDiplo, suprapartidária, é integrada por mais de 230 parlamentares e terá funcionamento por tempo indeterminado para defender temas afetos à carreira.

Apartamentos funcionais

A ADB atuou no processo que levou à retirada dos imóveis funcionais do MRE do escopo dos bens da União que seriam objeto de alienação.

Teto constitucional

A ADB realizou várias gestões junto a congressistas para excluir do projeto de lei sobre o teto constitucional (PL nº 3.123/2015) as parcelas indenizatórias, que são percebidas pelos servidores no exterior (Irex e auxílio-familiar).

Comissão Especial Extrateto (CTeto) do Senado Federal

A ADB procurou, em estreita coordenação com a Administração do Itamaraty, sensibilizar a comissão do Senado encarregada de examinar os salários acima do teto constitucional para as peculiaridades de nossa remuneração no exterior, em particular para a existência de verbas indenizatórias que não devem ser computadas no cálculo do teto, sob pena de inviabilizar a atuação dos diplomatas no exterior. O pleito foi atendido.

Licenças de servidores para acompanhamento de cônjuge

A atuação da ADB igualmente influenciou as discussões sobre a MP nº 689/2015, que previa aumentar a contribuição previdenciária de servidor licenciado para acompanhar cônjuge diplomata em missão no exterior. A MP em questão não foi avaliada pelo Congresso e perdeu a vigência por decurso de prazo.

Pronunciamento do Senador Lasier Martins em defesa da carreira diplomática (5/11/2015)

Em uma das únicas vezes em que a carreira diplomática foi tema de pronunciamento na tribuna do Senado, o Senador Lasier Martins (PDT-RS) defendeu a importância de garantir à diplomacia brasileira as condições que a tornam uma das mais reconhecidas no mundo. O discurso refletiu a sensibilidade mostrada pelo parlamentar às gestões realizadas pela ADB.

Tudo isso foi possível graças à dedicação, entusiasmo e empenho de uma Diretoria coesa. Queria agradecer aos colegas que comigo colaboraram durante estes últimos dois anos, sobretudo aos que, dadas diversas razões, não estarão comigo na ADB e no Conselho Fiscal no próximo biênio, a exemplo dos Ministros Alessandro Warley Candeas, Adriano Silva Pucci, Alexande Guido Parola e Carlos Augusto Loureiro de Carvalho; Conselheiros Cristiano Franco Berbert, João Frederico Abbot Galvão Júnior, Francisco Hermógenes de Paula; Secretários Henrique Choer de Morais, Márcia Canário de Oliveira, Leandro Rocha de Araújo e Helena Massote de Moura e Sousa, André João Rypl e Gustavo Fortuna de Azevedo Freire da Costa.

A nova Diretoria, eleita para o biênio 2016-2018, tem, entre outros desafios:

- assegurar o reajuste salarial de 27,9% para o biênio 2017-2019, percentual que recompõe parte das perdas inflacionárias dos últimos anos, para a carreira;
- elaborar minuta de Lei Orgânica para a carreira de Diplomata;
- estudar propostas para a reestruturação da carreira, em razão da PEC da Bengala e do aumento dos quadros de Secretários, sob pena de que a falta de progressão entre as classes inviabilize a carreira diplomática;
- atuar para estabelecimento, em lei, do auxílio-educação no exterior para dependentes de servidores do SEB devidamente matriculados no ensino pré-escolar, fundamental ou médio, em missão nos Postos, mediante comprovação de despesa;
- desenvolver estudo para promover maior transparência e previsibilidade nos processos de promoção e remoção de diplomatas;
- elaborar estudo para permitir o pagamento antecipado de diárias por viagens a serviço;
- acompanhar o processo da reforma da Previdência Social e atuar, em conjunto com o Fonacate e outras carreiras, para garantir os direitos dos servidores;
- discutir o exercício provisório de cônjuge servidor; e
- elaborar estudo sobre o trabalho remoto para diplomatas.

A **Revista da ADB**, cuja modernização e qualidade se devem às duas últimas Diretoras de Comunicação, Secretárias Márcia Canário de Oliveira e Marcela Campos de Almeida, apresenta neste último quadrimestre bela matéria de capa em comemoração aos 50 anos do Palácio Itamaraty. Em seguimento às matérias publicadas em edições anteriores sobre os serviços diplomáticos pelo mundo, informa sobre as características do Serviço Exterior da Austrália; relata as conquistas do Comitê de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPPD) do MRE; lista vantagens e desvantagens da naturalização brasileira para estrangeiros cônjuges de servidores do MRE; comenta a trajetória artística do diplomata aposentado Marcos Duprat; traz as resenhas da seção "Prata da Casa", divulga poemas do Secretário Rômulo Neves, que integram o livro "Terminal", lançado em setembro, e a crônica "Altri Tempi", do Embaixador aposentado Marcelo Raffaelli, ex-presidente da ADB, entre outros assuntos.

Boa Leitura!

Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Presidente da ADB e da ADB Sindical

Protocolada Frente Parlamentar Mista da Carreira Diplomática

Foi protocolado o requerimento de registro, em 25 de outubro, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Diplomacia (FreDiplo), sob a presidência do Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) e vice-presidência do Deputado Rafael Motta (PSD-RN). O próximo passo para a criação da FreDiplo é a conferência das 232 assinaturas do requerimento.

A criação da FreDiplo é resultado da atuação parlamentar da ADB, que minutou seu Estatuto e fez gestões no Congresso Nacional para alcançar o número mínimo de assinaturas para a sua instalação. Integrada por senadores e deputados, a Frente é apartidária e tem a finalidade, entre outros objetivos, de acompanhar a tramitação de matérias de interesse da carreira no Congresso e propor inovações na legislação que disciplina o Serviço Exterior Brasileiro (SEB). Integrarão, como membros-fundadores, todos os parlamentares da atual Legislatura que subscreverem o Termo de Adesão. Representantes de entidades da sociedade civil que solicitarem inscrição participarão como membros-colaboradores.

Agência Câmara

Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) presidirá a Frediplo

A falta de um acompanhamento parlamentar da legislação que disciplina a carreira de Diplomata fez-se notar mais claramente em 2015, quando diversas pautas relativas aos servidores federais avançaram no Congresso. Desde então, o fortalecimento da interlocução entre diplomatas e parlamentares é uma das prioridades da Diretoria da ADB, derivada da percepção de que a modernização dos institutos legais que estruturam a carreira de Diplomata implica diálogo aberto e frequente com o Poder Legislativo.

Para a Diretoria da ADB, a consolidação e a atualização das leis que regem o SEB são deveres do MRE perante a sociedade. Hoje, as normas que disciplinam a carreira estão dispersas em vários instrumentos legais. A chamada Lei do Serviço Exterior (11.440/2006), atualmente em vigor, está longe de ser uma lei orgânica da carreira. A retribuição dos diplomatas no exterior, bem como parcelas indenizatórias e auxílios, precisam de regras mais claras, que considerem peculiaridades sobre as quais a Constituição Federal silencia, como remuneração em moeda estrangeira e teto remuneratório.

Lei orgânica da Diplomacia

Para sanar essas e outras lacunas legislativas, bem como modernizar institutos legais anteriores à Constituição de 1988, a ADB iniciou estudo sobre uma lei orgânica para a carreira de Diplomata, que congregaria todos os aspectos peculiares ao seu funcionamento (ingresso, progressão funcional, remuneração, auxílios, prerrogativas, regime disciplinar), no que for complementar ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, previsto na Lei nº 8.112/1990. A FreDiplo terá um papel importante para fazer avançar esse debate no Poder Legislativo.

A ADB encaminhou carta ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, informando sobre a criação da Frente e reiterando o pedido de audiência para apresentar a ADB e sua Diretoria.

Nova Diretoria é eleita para biênio 2016-2018

Como prevê o Estatuto da ADB e da ADB Sindical, realizou-se, na XXII Assembleia Geral, em 21 de novembro, eleição para escolher a nova Diretoria da Associação. Assinaram a lista de presença 19 associados, com representatividade adicional, por procuração, de seis diplomatas ausentes. Tendo em vista a inexistência de chapa concorrente, foi aberta a votação e, ato contínuo, eleita, por aclamação, a chapa "Em Defesa da Diplomacia" para a Diretoria da ADB no biênio 2016-2018.

A Secretária Helena Massote de Moura e Sousa, Diretora Financeira da ADB, discorreu sobre as contas da Associação em 2015. Informou sobre os saldos existentes nas contas correntes do Banco do Brasil, em Nova York e no Brasil, e sobre as características das despesas no exercício, enfatizando os acréscimos decorrentes das novas frentes de atuação, parlamentar e sindical. Em compensação ao aumento das despesas, informou sobre o acréscimo das receitas em virtude da adesão de grande número de afiliados.

Diretoria da ADB para o biênio 2016-2018

Presidente: Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Vice-Presidente: Embaixador Ronaldo Costa Filho
Diretor Administrativo: Ministro Felipe Costi Santarosa
Diretor de Estudos e Pesquisas: Conselheiro Bruno Guerra Carneiro Leão
Diretor Parlamentar: Secretário Leonardo Valverde Corrêa da Costa
Diretor Financeiro: Secretário Rafael Gurgel Leite
Diretor Jurídico: Secretário Joaquim Maurício Fernandes de Morais
Diretora de Comunicação: Secretária Marcela Campos Pereira de Almeida
Diretor de Eventos: Secretário Alexandre Souto

Conselho Fiscal

Ministro Paulo Roberto de Almeida
Secretária Letícia Frazão de Moraes Leme
Secretário Carlos Augusto Rollemberg de Resende

Divulgação/ADB

Site da ADB esclarece como reforma previdenciária afetará a carreira

A ADB está atenta às discussões sobre a reforma da Previdência e em articulação com os membros do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e outras entidades representativas do funcionalismo público para defender os interesses da carreira diplomática na reforma da Previdência junto ao Congresso Nacional.

A ADB disponibilizou em seu sítio eletrônico, na área restrita ao associado, extenso quadro elaborado pela assessoria parlamentar, comparando a atual legislação previdenciária com o texto da reforma previdenciária proposta pela Presidência da República ao Congresso.

Justiça restabelece pagamento integral do 13º e do adicional de férias a diplomatas

A ADB conseguiu restabelecer os efeitos da liminar que suspendeu os efeitos da decisão monocrática junto ao Tribunal Regional Federal (TRF), com relação à ação judicial para solicitar o pagamento integral do 13º salário e do terço de férias dos associados que estão servindo no exterior. A ação da ADB contesta o entendimento da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, segundo o qual a base de cálculo do 13º salário no exterior e do terço de férias deveria excluir a Indenização de Representação no Exterior (Irex) e o auxílio-familiar.

O pedido de reconsideração foi acatado pela mesma desembargadora que havia suspenso a decisão anterior. Assim, a liminar está novamente vigente e de pleno efeito. Com auxílio da assessoria jurídica, a ADB está avaliando quais seriam os efeitos do período em que a liminar esteve suspensa para fins de cálculo da segunda parcela do 13º devida em dezembro.

A ADB decidiu entrar com uma segunda ação judicial, de mesmo teor da anterior, após consulta em assembleia geral, para garantir os direitos dos diplomatas que se associaram após o ajuizamento da primeira ação. No entanto, estão pendentes documentos necessários dos associados, como cópias de contracheques (julho e dezembro, no caso do 13º, ou outro mês para pedidos de férias) em que constem os descontos nas parcelas referentes à porção da Irex.

Os documentos devem ser enviados com a maior urgência para secretaria@adb.org.br, aos cuidados do novo Diretor Jurídico da ADB, Secretário Joaquim Morais. Sem os documentos comprobatórios o ajuizamento da nova ação estará comprometido.

Chancelaria australiana

Divulgação/ADB

A Revista da ADB apresenta nesta edição algumas características do Serviço Exterior australiano, comandado pelo Departamento de Assuntos Externos e Comércio (DFAT). Em seguimento às matérias publicadas nas edições anteriores sobre os serviços diplomáticos de Estados Unidos (90 e 91), Reino Unido (92) e França (93), nesta seção de "Pelo Mundo", a Secretária Abigael Ogada-Osir informa como a Austrália trata temas como seleção para a carreira diplomática, mecanismos de promoção, remoção, políticas para promover igualdade de gênero e raça, segurança da informação, entre outros assuntos.

Fundados em 1901, os Departamentos de Comércio Exterior e Aduana e de Serviço Exterior foram dois dos sete primeiros Departamentos da Commonwealth. Em 1987, foram consolidados em uma única Pasta, o DFAT, em 2013 integrado com a AusAID, a agência de desenvolvimento e cooperação da Austrália. Com uma rede de 100 postos nos cinco continentes, o DFAT emprega 2.948 funcionários na Austrália e 3.316 no exterior, sendo 888 diplomatas.

Quando foi fundado o Serviço Exterior Australiano e qual é sua estrutura?

No total, em junho de 2016, havia 6.264 funcionários no DFAT, dos quais 888 são diplomatas. Um pouco mais da metade desse corpo trabalha no exterior, enquanto o restante reside permanentemente na Austrália. Em 2013, o número total de empregados cresceu significativamente por causa da integração com a AusAID.

O sistema australiano é diferente do brasileiro, então é difícil comparar o número de "diplomatas" na sede. Todos os 2.948 funcionários trabalhando em nosso país são funcionários públicos e não temos estatísticas diferenciando aqueles que trabalham em áreas "diplomáticas" (política externa e comércio internacional), funções corporativas (TI, recursos humanos, consular, contabilidade) e administração da Agência de Desenvolvimento e Cooperação (ODA), órgão similar à ABC, no Brasil. Uma proporção significativa do pessoal do DFAT trabalha na administração da ODA, responsável por implantar programas regionais de desenvolvimento e providenciar ajuda humanitária.

A Embaixada da Austrália no Brasil foi estabelecida em 1945. Há também um Consulado em São Paulo e um cônsul-honorário no Rio de Janeiro. Há oito diplomatas trabalhando na Embaixada em Brasília, sendo cinco do DFAT, dois do Departamento de Imigração e Proteção de Fronteiras e um do Departamento de Educação, além de 24 funcionários locais.

Como é a admissão dos diplomatas? O que é estudado na Academia Diplomática?

Há diferentes formas de ser admitido no DFAT. A maior parte do recrutamento é feita por meio de seleção genérica para politica externa e comércio, desenvolvimento e oficiais corporativos, mas há algumas vagas para especialistas.

> O DFAT tem 6264 funcionários, pouco mais da metade trabalha no exterior. O restante reside permanentemente na Austrália

Os métodos de seleção são transparentes e baseados no mérito e na concorrência aberta. O recrutamento de nível superior é um processo em quatro fases que inclui i) envio de formulários de inscrição; ii) teste online; iii) prova dissertativa online e entrevista em vídeo; e iv) um dia com entrevistas pessoais, dinâmicas de grupo e teste cognitivo em Canberra. Em 2016, o DFAT estabeleceu uma Academia Diplomática para reforçar conhecimento e habilidades profissionais dos funcionários, com objetivo de tornar-se um recurso-chave para o serviço público australiano e fornecer expertise diplomática para governos regionais.

A Academia também será um "hub" físico e virtual para compartilhar conhecimento por meio de atividades de desenvolvimento profissional, como seminários, palestras e workshops, promovendo oportunidades para educação continuada e para que os funcionários se aperfeiçoem ao longo da carreira. O graduate program da Academia oferece dois campos distintos de formação: em política ou na área administrativa.

Os alunos das duas áreas participam de um programa de dois anos de desenvolvimento profissional em Canberra, que combina estágios de curta duração com módulos de treinamento. Após esses dois anos, os formandos assumem uma função no DFAT para e podem se inscrever para remoção para o exterior.

O programa de graduação em Política é aberto a pessoas de qualquer formação acadêmica e prepara candidatos para assumir função de oficial generalista de políticas públicas. Os graduandos com essa formação trabalham para defender os interesses da Austrália em uma ampla gama de áreas como segurança, direitos humanos, comércio internacional, assistência a nacionais e representação do país no Posto.

O programa de graduação em Administração é aberto para quem tenha formação na área de recursos humanos, tecnologia da informação e comunicação, contabilidade e comércio e prepara mão de obra para carreira gerenciando os recursos humanos e financeiros da agência e, quando em Posto, também providencia assistência consular.

Como é o sistema para alocar os diplomatas nos Postos? Há treinamento específico para questões de língua, desastres naturais, terrorismo, contra inteligência?

Os diplomatas se candidatam para missões de longo prazo por meio de uma ficha ao Postings Advisory Committee (PAC), composto por oficiais sêniores de diversas áreas do DFAT. O PAC faz recomendações ao Chefe de Recursos Humanos sobre como preencher essas vagas.

O treinamento antes da remoção inclui uma ampla gama de tópicos e é adaptado às necessidades da posição pleiteada. Por exemplo, todos os diplomatas removidos para Brasília sem conhecimento prévio de português recebem um treinamento que varia de quatro semanas a nove meses, dependendo da função a ser desempenhada.

Todos os diplomatas recebem treinamento para lidar com desastres naturais e com questões de segurança pública. Em situações de emergência, há designação de funcionários extras, em Canberra, para o Centro de Gerenciamento de Crises quando acontecimentos no exterior afetem australianos ou os interesses do país, incluindo desastres naturais, acidentes ou ataques terroristas.

Quais são os direitos que os diplomatas têm quando servem no exterior?

O princípio básico é que um diplomata no Posto (e sua família) não pode estar em situação pior do que estaria se estivesse vivendo na Austrália. Os benefícios são calculados com essa ideia em mente e podem incluir adicionais para locais em que a vida é considerada mais difícil. Os dependentes de diplomatas australianos em idade escolar têm seus custos educacionais cobertos a partir dos três anos de idade até o final do Ensino Médio. Em algumas circunstâncias, quando ambos os pais estão removidos para um Posto e o dependente continua morando na Austrália, também há auxílio para as mensalidades e para as taxas de matrícula.

> “Os dependentes de diplomatas australianos em idade escolar têm seus custos educacionais cobertos dos três anos até o final do Ensino Médio”

Quais as condições para as viagens a serviço dos diplomatas? E as diárias?

Com relação às viagens a serviço, voos domésticos são feitos em classe econômica e viagens internacionais são feitas em classe executiva. Uma diária é fornecida para cobrir os gastos com refeições e transporte. O valor é calculado de acordo com a cidade (determinado de maneira independente) e com a agenda a ser cumprida.

Qual o papel desempenhado pelos contratados locais? Como é calculado o número de vagas para essas funções?

Todos os Postos empregam contratados locais, em geral em base permanente, totalizando 2.428 funcionários na rede do DFAT, em junho de 2016. O número de funcionários é fixado conforme as necessidades operacionais do posto. Prestadores de serviço também podem ser contratados para tarefas terceirizadas para garantir eficiência econômica, como contabilidade, assistência jurídica, segurança, jardinagem, limpeza e manutenção elétrica e hidráulica.

Há políticas de gênero para reduzir o desequilíbrio entre homens e mulheres no acesso a promoções?

O DFAT está comprometido com a formação de uma força de trabalho que reflita a diversidade multicultural da comunidade australiana. As decisões de recrutamento são feitas com base no mérito, sem qualquer tipo de discriminação por gênero, idade, raça, etnia, religião ou deficiência. Em apoio ao “Closing the gap: Acordo para participação econômica de indígenas”, o DFAT busca aumentar o recrutamento de australianos aborígenes.

Todas as vagas do Departamento anunciadas são abertas a esses grupos. Há, no entanto, alguns programas específicos de recrutamento para indígenas com curso superior, estagiários e trainees, e ocasionalmente para outras posições, por meio do Programa de Medidas Especiais do Serviço Público Australiano.

SBS Australia - Divulgação

O DFAT também tem uma Estratégia de Ação para Deficiências (2011-2015). A política do Departamento é fazer os ajustes razoáveis para que empregados com deficiência e pessoas com deficiência que estão se candidatando a uma vaga tenham boas condições de trabalho. Oportunidades de trabalho não serão recusadas a essas pessoas por conta da necessidade de fazer esses ajustes. As circunstâncias pessoais desses empregados serão levadas em consideração ao designar-lhes um posto e o Departamento não requer que funcionários com deficiência sirvam em locais onde a infraestrutura e os serviços não estejam a altura de suas necessidades.

Em dezembro de 2014, o Chefe anterior do DFAT, Peter Varghese, anunciou uma iniciativa para analisar as razões pelas quais a progressão da carreira das mulheres no Departamento não era equivalente a dos homens. Reconhecendo que todos só podem dar seu melhor se toda a equipe tiver oportunidade de exercer seu potencial pleno, o DFAT adotou desde então a estratégia "Mulheres na Liderança" (http://dfat.gov.au/about-us/publications/Pages/women-in-leadership-strategy.aspx), que incluiu a implementação de políticas de trabalho em meio período para diplomatas de ambos os gêneros que não estejam servindo no exterior, segundo o princípio "If not, why not". Assume-se que funções em todos os níveis (incluindo gerência) devem poder ser exercidas em meio período, por meio do que chamamos "job sharing".

Há metas de gênero não obrigatórias para promoção de lideranças sêniores. Também mudamos os processos de recrutamento e promoção para reduzir o preconceito inconsciente e assegurar que os funcionários sejam avaliados por toda a trajetória profissional e não pelos últimos anos, critério que poderia, por exemplo, prejudicar mulheres que usufruíram de licença maternidade.

Há um sindicato de diplomatas australianos?

Como membros do Serviço Público australiano, os diplomatas podem se associar a qualquer sindicato do setor público. A maior parte dos servidores sindicalizados do DFAT é membro do Community and Public Sector Union (CPSU), um dos maiores sindicatos na Austrália. Criado em 1994, o CPSU é formado por profissionais de diversas carreiras. O DFAT possui, ainda, algumas entidades, como a Associação dos Empregados do Serviço Exterior e Comércio (AFTE) e uma rede de profissionais LGBTI.

Como foi estabelecida e aplicada a Lei de Acesso à Informação na Austrália? Quais são as dificuldades?

O objetivo amplo da Lei de Liberdade de Informação (Freedom of Information Act), de 1982, é fornecer ao público o direito legal de buscar acesso a documentos em posse do governo australiano, inclusive o DFAT, dentro de prazos estabelecidos e sujeitos a exceções para proteger os interesses legítimos do governo e de terceiras partes que negociam com ele. Cidadãos em busca de acesso a documentos do DFAT devem preencher um formulário. As demandas relativas ao FOI Act são processadas pela Divisão de Assuntos Legais, que pode cobrar taxas para prestação desse serviço, exceto quando a pessoa buscar informação pessoal.

O FOI Act também requer que todos os dados fornecidos a cidadãos desde 2011, em virtude de pedidos de acesso à informação, sejam publicados no sítio eletrônico do DFAT, exceto no que se tratar

de informações pessoais ou sensíveis comercialmente. Quando os documentos são liberados, podem ser tarjados para remover informações sensíveis. A lei prevê regras detalhadas sobre como e por que razões isso deve ser feito.

As decisões tomadas com base no FOI Act podem ser revistas. Isso acontece, em geral, quando o cidadão acredita que alguns documentos solicitados não foram liberados. A primeira revisão é feita pelo DFAT e o recurso a essa decisão é examinado pelo Tribunal de Recursos Administrativos. Mais informações sobre esse tema podem ser encontradas em http://dfat.gov.au/about-us/corporate/freedom-of-information/Pages/freedom-of-information.aspx.

Quais são as normas para garantir a segurança da informação e para o uso da tecnologia da informação?

Em conformidade com as boas práticas em segurança tanto física quanto da informação, a Embaixada tem uma série de orientações nesse sentido. O governo australiano dá grande importância a esse tema. Como em outros ambientes de trabalho da atualidade, a importância e complexidade da tecnologia da informação e das informações a que temos acesso estão crescendo com rapidez.

Algumas das medidas práticas incluem o princípio da "necessidade de conhecer"; há proibição de uso de smartphones, tablets e laptops em algumas áreas da Embaixada; apenas funcionários australianos têm security clearance para acesso a informações sigilosas. Adotamos, ainda, uma política de "mesa limpa", ou seja, todos os documentos devem ser armazenados corretamente dentro de armários ou gavetas antes que os funcionários deixem o prédio no fim do dia.

Com relação às mídias sociais, todas as nossas Embaixadas são usuárias ativas em várias plataformas. No Brasil, a Embaixada considera o sítio eletrônico oficial, o canal de Facebook, Twitter e Instagram as formas mais efetivas de se comunicar com os brasileiros. O uso das mídias sociais não substitui, no entanto, as formas mais tradicionais de comunicação.

Com relação ao uso pessoal das mídias sociais, os membros do DFAT devem seguir a política do "uso aceitável", pela qual contas pessoais não serão usadas para discutir assuntos oficiais do Departamento.

Quais são as regras para a aposentadoria dos diplomatas australianos?

A seguridade social australiana e a política de aposentadorias passaram por reforma nos anos recentes. Não há idade compulsória para a aposentadoria no serviço público australiano, dispositivo removido em 1999. Atualmente, há diferentes "pacotes" de aposentadoria, que variam conforme a data em que o funcionário aderiu ao serviço público. Todos os empregadores australianos devem pagar a seus empregados uma "superannuation". Já os australianos idosos abaixo de uma renda pré-determinada podem receber uma pensão mínima por idade.

> Por segurança, *smartphones, tablets* e *laptops* são proibidos em algumas áreas da Embaixada; só australianos têm *clearance* para informações sigilosas e adotamos política de 'mesa limpa': os documentos precisam ser trancados em armários ou gavetas ao fim do expediente

CPPD registra avanços na promoção dos direitos das pessoas com deficiência

O Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPPD) do Ministério das Relações Exteriores, de caráter permanente e consultivo, foi instituído em julho de 2014 (Portaria nº 363, de 25/07/2014), para favorecer e acelerar no Itamaraty "o estabelecimento de mecanismos para a promoção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência – particularmente os servidores com deficiência ou responsáveis por pessoas com deficiência –, tal como previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência".

As origens do CPPD remontam a 2013, quando servidores com deficiência e responsáveis por dependentes com deficiência se reuniram para discutir de maneira sistemática temas relativos a plano de saúde, acessibilidade e remoções, entre outros, que afetam a vida das pessoas com deficiência no Itamaraty.

Em abril de 2014, representantes do grupo foram recebidos pelo Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo Machado, então Ministro das Relações Exteriores, e entregaram carta, assinada por 25 servidores, com sugestões identificadas como prioritárias para promover os direitos das pessoas com deficiência no MRE. As preocupações tiveram boa acolhida pela alta chefia do Itamaraty e o Comitê, uma das demandas do grupo, foi criado em julho, tendo começado a funcionar em agosto de 2014, quando foram nomeados seus integrantes.

Os temas constantes da petição de 2014 e que têm norteado os trabalhos do Comitê nos últimos dois anos incluem acessibilidade e inclusão laboral no Brasil e no Exterior; ampliação das coberturas médicas às necessidades específicas das pessoas com deficiência; critérios para cessão de moradia funcional; e observação das necessidades específicas para viagens a serviço e processos de remoção. A atualização dos Guias de Postos; o horário reduzido para pais/responsáveis de pessoas com deficiência; observação de horário especial autorizado a deficiente; e a modernização dos itens de tecnologia da informação, conforme as necessidades específicas, também compõem a agenda do CPPD.

Conquistas

Nos últimos dois anos, foi possível avançar na grande maioria dessas questões. O plano de saúde contratado pelo Ministério passou a reembolsar de forma mais adequada os gastos de servidores e dependentes com deficiência; os Guias de Postos foram atualizados, os Postos foram

Acervo Pessoal

orientados a observar o horário especial; e os formulários de viagem e de inscrição no plano de remoção foram atualizados para incluir campos relativos a viagem/remoção de pessoa com deficiência. Além disso, o CPPD foi chamado para fazer palestra no curso de remoção; foi garantida a prioridade para servidor com deficiência ou responsável por pessoa com deficiência nas filas para apartamentos funcionais; e as áreas competentes da SERE e os Postos vêm sendo orientados a prever itens de acessibilidade em obras que venham executar.

A composição do Comitê foi renovada em janeiro de 2016, após eleição de novos representantes e, em março, a nova Diretoria consultou os membros sobre quais seriam as prioridades para o biênio seguinte. Em setembro, o CPPD foi recebido pelo Secretário-Geral, Embaixador Marcos Galvão, que demonstrou compromisso com as questões tratadas pelo Comitê e com a continuidade da implementação das medidas necessárias para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Itamaraty.

Até outubro, 66 servidores haviam preenchido o formulário do CPPD (disponível na Intratec): 26 diplomatas, 19 Oficiais de Chancelaria, 12 Assistentes de Chancelaria e 9 funcionários administrativos. Desse total, 18 são servidores com deficiência e 49 responsáveis por pessoa com deficiência. Um servidor é deficiente e também responsável por uma pessoa com deficiência.

MRE trabalha para garantir acessibilidade nos Postos

No segundo semestre de 2016, após reunião do CPPD com o Secretário-Geral, Embaixador Marcos Galvão, foi expedida Circular Telegráfica para todos os Postos com instruções sobre possíveis intervenções a serem realizadas nas instalações, de modo a torná-las mais acessíveis não só para o público externo, como também para servidores com deficiência. Nesse contexto, até o momento, foram autorizadas obras de acessibilidade (rampas fixas e móveis, piso táctil, elevador, alargamento de portas, adaptação de banheiros) em nove Postos (Brasemb Argel, Brasemb Bruxelas, VC Encarnación, Consbras Iquitos, Brasemb México, Brasemb Ottawa, Brasemb Pretória, Consbras Rivera e Brasemb Roma).

Segundo o artigo 9º da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, medidas para acessibilidade são aquelas "apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana quanto na rural".

Acervo Pessoal

EUA e União Europeia compartilham experiências sobre inclusão e promoção da diversidade

Representantes do serviço exterior dos EUA relataram à **Revista da ADB** que além de manter estatísticas sobre o tipo de deficiências e o número de funcionários com deficiência, a contratação de pessoas com deficiência integra uma política mais ampla de compromisso com a diversidade. Segundo dados do Setor de Recursos Humanos do Departamento de Estado dos EUA (DOS), dos 13.743 funcionários do Serviço de Relações Exteriores, 621 identificaram-se como pessoas com deficiência, embora não sejam obrigados a divulgar a condição. Na União Europeia, não há coleta de informação estatística por motivo de "proteção aos dados", mas 5,7% dos funcionários autodeclararam-se pessoas com deficiências na última pesquisa anual.

Estados Unidos

De acordo com o Manual de Relações Exteriores (FAM), o Departamento de Estado fornece uma variedade de recursos para funcionários, como software de computador, cadeiras de rodas motorizadas para permitir que o funcionário realize as funções essenciais de seu trabalho, conforme a Lei de Reabilitação dos EUA (1973), a Lei dos Americanos com Deficiência (1990) e suas emendas (2008). Informações detalhadas e o texto das leis mencionadas podem ser encontrados nos links http://www.opm.gov/disability/hrpro.asp e https://www.disability.gov/.

O DOS não coleta, no entanto, as informações referentes a dependentes. Já o Escritório de Escolas no Exterior levanta informações referentes aos filhos com deficiências – o que poderia afetar a frequência escolar em Postos. Para designação de moradia nos Postos, quando a moradia é fornecida pelo governo dos EUA os funcionários devem informar ao Conselho sobre quaisquer necessidades especiais ou adicionais que o funcionário ou dependentes precisem para tornar o ambiente acessível. Em coordenação com o Bureau de Administração de Imóveis no Exterior, os Postos e o funcionário, a Divisão de Acomodações Razoáveis para Deficientes é responsável por realizar as modificações necessárias para acomodar funcionários e familiares com deficiências.

Os funcionários que não tiverem autorização médica internacional devem escolher Postos onde suas necessidades médicas possam ser atendidas e precisam obter aprovação do Escritório Médico do Departamento de Estado para sua lista de destinos propostos. O cônjuge e os filhos também precisam de autorização médica. Como parte do processo de solicitação de posto, o funcionário deve entrar em contato com os vários postos de interesse e com o funcionário que está no cargo que ele pretende ocupar para verificar se é capaz de preencher as exigências do cargo e se o cargo se enquadra em suas metas de carreira e necessidades familiares.

Comissão Europeia

O Escritório de Gestão de Pessoal (PMO) da Comissão Europeia possui dados anônimos sobre deficiência porque processa pedidos de reembolso médico relacionados a deficiências. O serviço médico também possui dados anônimos sobre os tipos de deficiência.

Com relação às políticas para promover um ambiente de inclusão, a legislação da UE exige o uso de língua de sinais, leitura de áudio, softwares de computador e cadeiras de rodas motorizadas, entre outros. O artigo 1.d dos regulamentos de pessoal da UE (http://ec.europa.eu/civil_service/docs/toc100_en.pdf) foi implementado por uma Decisão da Comissão que dispõe sobre acomodação razoável das necessidades

especiais de funcionários com deficiência. Também foi adotado um código de boas práticas nesse sentido.

A Comissão oferece ainda apoio financeiro adicional para cobrir custos não médicos de pessoas com deficiência em serviço tanto na sede quanto em missão no exterior. Na maior parte dos casos, esse apoio é concedido aos dependentes com deficiência e podem cobrir os custos de moradia em uma instituição, custos com educação ou treinamento especial, cuidados domiciliares, transporte, aparelhos e equipamentos específicos.

Há também um cuidado para garantir que os membros da equipe, com ou sem deficiência, tenham acesso a todas as informações relevantes antes de aceitar uma vaga em outro país – o que inclui questões relacionadas à saúde e a outras necessidades. Ocasionalmente, o funcionário pode descobrir que determinado lugar não é mais adequado para suas circunstâncias específicas – como no caso de agravamento de uma condição prévia de saúde ou necessidades educacionais de um filho com deficiência. Nessas circunstâncias, o Departamento relata que há flexibilidade para apoiar os membros que busquem mudança precoce para outra vaga.

"Pessoa com deficiência" é o termo correto e legal desde a entrada em vigor da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2006. Não se deve usar o termo "portador de deficiência". Em vez de usar a deficiência para caracterizar a pessoa ("deficiente"), dê preferência ao termo "pessoa com deficiência". Por exemplo: aluno com autismo, professora cega, funcionário com síndrome de Down, homem cadeirante. Coloque a pessoa em primeiro lugar.

TIPO DE DEFICIÊNCIA	RECURSOS PARA ACESSIBILIDADE
Física	Rampa, elevador, portas mais amplas, barras laterais no banheiro e balcão de atendimento rebaixado
Visual	Piso tátil, braile, audiodescrição, monitor com tela ampliada e softwares para áudio de conteúdo escrito
Auditiva	Legenda, Libras e *american sign language* (ASL)
Intelectual	Linguagem simples, representação do conteúdo com imagens, vivência prática, aproximação do abstrato do concreto e *picture exchange communication system* (PECS)
Sensorial	Iluminação suave e indireta, sonorização rebaixada, sala de conforto sensorial, PECS e eliminação de poluição sonora/olfativa/visual
Múltiplas	Combinação dos recursos acima descritos a depender do tipo de deficiência

Teto remuneratório em reais não será aplicado a indenizações no exterior

Relatório da Comissão Especial do Extrateto (CTeto), do Senado Federal, criada para analisar a efetividade do limite remuneratório imposto pelo teto constitucional a agentes públicos, apresentado em dezembro, excluiu da aplicação do teto a indenização de representação no exterior (Irex); o auxílio-familiar; e o auxílio-moradia, concedido na forma de ressarcimento por despesa comprovada decorrente de mudança de ofício do local de residência (Residência funcional). O pleito dos diplomatas foi atendido após atuação da ADB junto ao Senado Federal, em estreita coordenação com a Administração do Itamaraty. A ADB continuará a acompanhar a tramitação do projeto de lei no Congresso.

Como resultado dos trabalhos da CTeto, foram propostos uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos e um projeto de lei do Senado (PLS), que regulamenta o limite remuneratório previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

Peculiaridades da carreira

Em carta encaminhada à Senadora Kátia Abreu, relatora da Comissão, a ADB buscou esclarecer alguns pontos sobre a aplicação do teto constitucional sobre as remunerações dos

Moreira Mariz/Agência Senado

Senadora Katia Abreu (PMDB/TO), relatora da Comissão Especial ExtraTeto, encampa pleito de que indenizações pagas aos diplomatas no exterior não devem ser incluídas no limite remuneratório

Diplomatas a serviço no exterior. No documento, a presidente da ADB, Embaixadora Vitória Cleaver, afirmou que, embora a ADB entenda como pertinente e oportuno o debate sobre remunerações acima do teto, o Serviço Exterior Brasileiro (SEB) reserva algumas peculiaridades, em particular no que se refere à remuneração de servidores removidos em Postos no exterior. "Em caso de abatimento, a permanência do pessoal diplomático no exterior fica impossibilitada pela discrepância entre o custo de vida em moeda estrangeira e o limite remuneratório fixado em real.", argumentou a Associação.

Remoção

A remoção para o exterior é exigência para a progressão funcional, ou seja, vai além de mera escolha do profissional. Essa peculiaridade da carreira diplomática impõe custos financeiros e pessoais aos servidores e suas famílias. Os cônjuges de outras carreiras, em geral, não podem trabalhar no exterior – exceto nos países em que há acordo para exercício de algumas poucas profissões. Isso significa que apenas um membro do casal se encarregará do sustento da família. Se tiverem filhos, esse único salário terá de ser usado para pagar escolas internacionais, em moeda estrangeira, sendo que a despesa com educação básica de dois dependentes pode chegar a 40% da remuneração mensal do diplomata.

Por essa razão que a Lei nº 5.809/1972, que regula a remuneração de servidores civis e militares em exercício no exterior, prevê a indenização de representação no exterior (Irex) e o auxílio-familiar. A Irex representa, em média, entre 40% e 50% da remuneração líquida de diplomatas, militares e adidos brasileiros no exterior e destina-se a compensar os custos e obrigações inerentes à missão no exterior e às distorções causadas pelas diferentes condições socioeconômicas. O auxílio familiar é previsto pelo legislador para dar módico amparo às famílias dos funcionários removidos – cuja renda familiar tende a cair diante das dificuldades de trabalho enfrentadas pelos cônjuges de servidores e do aumento das despesas com filhos e dependentes, que ficam descobertos pela rede de serviços públicos do governo brasileiro.

Eventual cálculo do teto remuneratório em reais, para remunerações no exterior (em moeda estrangeira), implicaria elevada insegurança para os servidores, tendo em conta a imprevisibilidade da variação cambial. Uma desvalorização de 30% do real em relação ao dólar, por exemplo, pode significar uma redução salarial correspondente, sem que tenha havido mudança na estrutura de custos a que o servidor está sujeito.

Debate na Câmara

Esse tema foi amplamente debatido na Câmara dos Deputados, por ocasião da tramitação do PL nº 3.123/2015, que também tratou da aplicação do teto constitucional na remuneração dos servidores públicos. O atual texto do referido projeto de lei, resultado de ampla reflexão sobre a matéria, já contempla no rol dos itens excluídos do teto a indenização de representação no exterior e o auxílio-familiar, além da aplicação da paridade de poder de compra.

> **"Ação parlamentar da ADB no Senado Federal mostrou aos parlamentares as peculiaridades da carreira diplomática"**

Acervo Angela Figueiredo

Cadeira Arcos - Presidente Costa e Silva e Ministro Magalhães Pinto na Sala dos Tratados

O Itamaraty e o design

Mais do que qualquer obra de Oscar Niemeyer, a nova sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília foi o resultado de um extraordinário esforço colaborativo que mobilizou os melhores artistas plásticos e designers brasileiros da época.

Esse esforço foi coordenado por Wladimir Murtinho, chefe da Comissão de Transferência do MRE, e Olavo Redig de Campos, arquiteto, chefe do Serviço de Conservação e Patrimônio. Entre 1958 e 1969, Murtinho e o "Dr Olavo" (como era carinhosamente chamado), mantiveram interlocução permanente com Oscar Niemeyer e com um grupo de cerca de 20 criadores, de forma a garantir que o projeto da nova sede atendesse às necessidades do cerimonial de Estado, às particularidades do funcionamento do MRE e, principalmente, aos objetivos da política externa de projeção internacional do Brasil.

O resultado foi um espaço de representação de um ideal de nação em acelerado processo de modernização e de ascensão no cenário internacional, composto por um rico acervo representativo da criatividade brasileira desde o barroco até o contemporâneo.

A concepção dos interiores, e, especialmente, do mobiliário da nova sede, era parte fundamental do projeto, como atestam os poucos relatos sobre o Palácio feitos durante a vida de Wladimir Murtinho.

Na primeira publicação sobre o Palácio, editada pela FUNAG em 1985, lê-se: "Quanto ao mobiliário moderno, especialmente desenhado e produzido para as salas administrativas do Palácio, foi em suas grandes linhas, resultante de prolongadas pesquisas

de forma, de modo a que se harmonizasse ao ambiente palaciano, de salas de pé direito elevado e grandes dimensões. Por outro lado, já que os móveis modernos figurariam ao lado de peças antigas, era necessário que, seja nos materiais empregados, seja no alto nível do desenho e execução, não perdessem em confronto com os dos séculos anteriores, mas que, pelo contrário, documentassem o contínuo desenvolvimento e a qualidade do móvel nacional. Assim sendo, e tendo em vista ainda a necessidade de conservar a unidade de inspiração, a responsabilidade pela decoração original do Palácio foi confiada a apenas quatro criadores e desenhistas: Sérgio Rodrigues, Bernardo Figueiredo, Joaquim Tenreiro e Karl Heinz Bergmiller".

Além da estética

Porém, os estudos de mobiliário ultrapassavam a mera questão estética, sendo orientados por uma preocupação profundamente funcional com as necessidades da atividade diplomática. Uma reportagem de 1968 da revista Connaissance des Arts revela que o mobiliário visava a criar ambientes para a representação, mas, especialmente, para a negociação: "Quanto aos móveis, foram desenhados segundo as exigências da diplomacia. As 'pessoas que vivem no palácio, explica o Embaixador Murtinho, muitas vezes são de idade. Se você os senta numa Mies van der Rohe, não conseguem mais se levantar. Também é necessário que se possa falar-lhes ao pé do ouvido ou traduzir-lhes uma conversa. Nossas poltronas são, portanto, fartas e sem rebuscamento inútil. Salvo pelo salão de recepção do ministro – onde elas serão rijas, incômodas, intimidantes. Não se visita o ministro pra brincar. É necessário um certo aparato. Este palácio também".

Bernardo Figueiredo referia-se aos projetos feitos para o Itamaraty como sua "linha palaciana", em oposição a seu mobiliário residencial e de escritório. O termo pode ser estendido aos móveis desenhados para o Palácio por Tenreiro e Sérgio Rodrigues, que constituem um conjunto consistente de mobiliário em estilo moderno, de características marcadamente nacionais e concebido com fins especificamente representativos.

Trata-se provavelmente de um caso único, resultado de uma excepcional convergência de fatores: a necessidade de mobiliar um grande edifício dedicado a atividades de representação, surgida no momento em que um país experimentava um período de grande efervescência cultural, e possuía uma escola nacional de designers e um parque produtivo à altura do desafio.

Embora a ambientação original das salas do Palácio tenha sido alterada ao longo dos últimos 50 anos, é possível, com base em documentação da época, e, em particular, um conjunto de fotos de 1968 do acervo Marcel Gautherot, conservado no Instituto Moreira Salles, reconstituir as grandes linhas dos projetos originalmente realizados por cada designer para os espaços que lhes foram designados.

Acervo Angela Figueiredo

Recepção em homenagem à Rainha Elizabeth II em 1968. Sofá de Bernardo Figueiredo e Jorge Hue

Joaquim Tenreiro

Ao decano do mobiliário moderno brasileiro foi atribuído o grande Salão de Banquetes, hoje chamado de Sala Brasília. Tenreiro concebeu cadeiras em latão dourado (120 unidades) e mesas conjugáveis de 1,5 x 3 m, num total de 49,5 metros lineares. Tenreiro descrevia o projeto nos seguintes termos: "A cadeira do Itamaraty é imponente pelo seu próprio desenho e já foi desenhada com esse espírito. Ela saiu da cadeira que chamei de Estrutural, porque era toda reta, não tinha curvas. As curvas encontradas nessa cadeira são no assento e na linha do encosto. O assento é apenas aquele enchimento normal para dar conforto a quem senta, No mais, a cadeira é grande, mas anatômica".

A cadeira provavelmente induzia o corpo a assumir uma um posição mais ereta, o que transparece tanto nas declarações de Murtinho para a Connaissance des Arts quanto em comentários do crítico Frederico Morais: "Lembro-me que eram móveis de uma certa rigidez e aí voltamos àquele assunto: o uso solene, não o uso prazeroso do móvel, mas o uso como manifestação de status social, político, de poder".

arquivo Soraia Cals

Cadeira Itamaraty

O Terraço

Para as ocasiões em que o número de convidados ultrapassava a capacidade da Sala de Banquetes, utilizava-se o terraço. Um modelo de mesa simples e transportável para o terraço foi encomendado ao alemão radicado no Brasil Karl Heinz Bergmiller que, como se verá adiante, realizou um importante projeto de móveis de escritório para o Ministério. Foram compradas ainda 420 "cadeiras dinamarquesas" (como eram chamadas as cadeiras 3107 de Arno Jacobsen), empilháveis, o que permitia acolher até 540 convidados sentados. Mesas e cadeiras foram fabricadas pela Probjeto.

Bernardo Figueiredo

Os demais ambientes de representação do terceiro andar do Palácio foram atribuídos ao mais jovem e menos estabelecido entre os designers convidados para o projeto, o arquiteto Bernardo Figueiredo. Com pouco mais de 30 anos, Bernardo Figueiredo havia trabalhado com Sérgio Rodrigues e, desde 1962, vinha desenvolvendo o que chamava de "desenho brasileiro": um mobiliário que valorizava materiais e técnicas nacionais, como o couro, a palhinha e o jacarandá. Ao contrário de Tenreiro e Sérgio Rodrigues, cuja produção se estende por décadas, Bernardo Figueiredo não chegou a montar loja ou fábrica próprias, e abandonou o design de mobiliário pouco tempo depois. Sua obra se resume a cerca de 80 modelos, desenhados sem as contingências e a pressão de manter em operação uma grande estrutura produtiva. Eram peças de grande qualidade e fatura extremamente complexa.

OS SALÕES DE ALMOÇO

Bernardo Figueiredo criou, para o Palácio, a cadeira Arcos, inspirada nos traços de Niemeyer. A fixação das pernas foi pensada de forma a dar grande resistência à peças, que continuam firmes, mesmo sob intenso uso há quase 50

anos. A cadeira foi utilizada na Sala Rio de Janeiro e na Sala do Conselho de Política Exterior (ver adiante).

Para a Sala Bahia, Bernardo Figueiredo desenhou uma mesa elíptica com capacidade para até 14 pessoas e utilizou um modelo de cadeira que desenvolvera anteriormente, inspirado no mobiliário nordestino, com assento e encosto em palhinha, (coincidentemente batizado de "Bahia").

A GRANDE SALA DE RECEPÇÕES: JORGE HUE E BERNARDO FIGUEIREDO

Para a grande sala de recepções (a atual Sala Portinari), Bernardo Figueiredo trabalhou em conjunto com o arquiteto Jorge Hue. Os dois arquitetos defrontaram-se com um grande desafio: a grande sala seria o equivalente dos principais espaços de recepção do Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, os Salões de Honra e de Baile. Deve-se lembrar que o cerimonial de Estado, nos anos 60 e 70, envolvia grandes recepções noturnas para centenas de pessoas.

Dominava visualmente o espaço um sofá de grande aparato, destinado a acomodar o Presidente da República e a autoridade visitante. A peça atendia a certos requisitos, como número de lugares e a necessidade de impor certa distância protocolar às pessoas em volta, e, ao mesmo tempo, permitir aos intérpretes escutar e traduzir a conversa. Jorge Hue lembrou-se dos antigos faldistórios (assentos dobráveis sem encosto utilizados por reis e bispos em viagens e ocasiões especiais); cujos assentos costumavam ser revestidos por camadas de tecidos luxuosos e encomendou a artesãs do Morro da Conceição, no Rio de Janeiro, um rendado sobre um tecido rústico, inspirado no desenho de azulejos maranhenses em verde, amarelo e azul, que contrastava com o estofamento em shantung azul do móvel. O móvel era ligeiramente abaulado, facilitando a visão entre os ocupantes, e era complementado por algumas cadeiras.

O conjunto era complementado por "conversadeiras", sofás com assentos voltados para os quatro lados, e um espaço central para apoio de copos e cinzeiros, que ficavam entre as colunas que separam a sala do jardim. Esse original móvel era inspirado por um gênero especial de mobiliário, com assentos voltados para várias direções, muito disseminado nos salões da época de Napoleão III: a "borne" (um sofá circular que normalmente ocupava uma posição central, do qual existe um exemplar no Salão de Baile do Rio de Janeiro).

Um grande tapete de lã rajado em tons de amarelo e sofás verdes completavam o espaço.

Acervo Angela Figueiredo

Móveis de Bernardo Figueiredo, tapete em ponto brasileiro de Madeleine Colaço

Acervo Angela Figueiredo

A grande Sala de Recepções

OC Ana de Oliveira

Mesa de reuniões do Gabinete

AMBIENTES DE TRABALHO

Bernardo Figueiredo também foi responsável pela sala do Conselho de Política Exterior (atual Sala Ruy Barbosa), para a qual desenvolveu uma enorme mesa de reuniões, com capacidade para 24 pessoas, forrada em couro. A mesa tem formato ligeiramente elíptico, o que permite que os ocupantes se vejam uns aos outros.

Uma segunda mesa de reuniões, também forrada em couro, seria desenhada para o Gabinete, quando, em 1970, Gibson Barbosa alterou a localização do escritório do Ministro, originalmente situado sobre a entrada privativa, para o local atual. Esta mesa, no entanto, tem um formato triangular, o que permite ao Ministro de Estado, sentado à cabeceira, ver e ser visto comodamente por todos os demais participantes da reunião.

Sérgio Rodrigues

A colaboração de Sérgio Rodrigues como o Itamaraty remonta a 1960, quando Murtinho e Olavo encomendaram ao arquiteto uma mesa para substituir os "rebuscados luíses" dos gabinetes ministeriais. O modelo, chamado "Itamaraty", impressionou o Embaixador Hugo Gouthier, que convidou o designer a mobiliar o Palácio Pamphilij, recém adquirido, o que ensejou o desenvolvimento de novos modelos para a Embaixada.

Num relatório para a Câmara dos Deputados, em 1968, Murtinho afirmava: "Cumpre esclarecer que, na sua quase totalidade, as peças foram desenhadas especialmente para o Palácio, executando-se os protótipos das peças mais importantes. Não quero deixar de mencionar, pela importante contribuição que representam para o desenho do móvel brasileiro, os estudos feitos pelo arquiteto Sérgio Rodrigues, autor dos móveis do Gabinete do Ministro, do Secretário-Geral, do Subsecretário, do Salão dos Embaixadores e do Vestíbulo de Honra."

A colaboração de Sérgio Rodrigues com o Itamaraty remontava a 1960, quando Murtinho e Olavo encomendaram ao arquiteto uma mesa para os gabinetes ministeriais em Brasília. O modelo, chamado "Itamaraty", impressionou o Embaixador Hugo Gouthier, que convidou o designer a mobiliar o Palácio Pamphilij, recém adquirido, o que ensejou o desenvolvimento de modelos em linhas retas e elegantes, como o Sofá Navona, em produção até hoje.

O projeto para o Palácio Itamaraty seguiu linhas completamente diferentes. Para o Gabinete do Ministro no Palácio, Sérgio Rodrigues desenvolveu móveis de escritório opulentos, que utilizam grandes peças de jacarandá e estofamento em veludo capitonné dourado ou verde. Alguns têm proporções exageradas, como uma cadeira estofada de espaldar alto sobre rodízios, destinada às chefias, ou uma mesa de centro formada por grandes toras de madeira. Trata-se de um mobiliário na fronteira entre a representação e a funcionalidade, cujas dimensões sobre-humanas não só se adequavam aos grandes espaços do Palácio, mas refletiam uma época em que se desenvolviam tendências como o tropicalismo e o brutalismo.

Alguns modelos apresentavam variações segundo a hierarquia do usuário. As mesas de trabalho, , derivadas do primeiro modelo "Itamaraty", de 1960, foram desenhadas em cinco tamanhos diferentes, sendo o maior deles para o Ministro (3 m de largura) e o menor, para assessores (1,5 m). Os gabinetes de chefia receberam mesas de 2,5m e aparadores em jacarandá da mesma largura, composição que se conserva até hoje na maioria dos escritórios do Palácio.

Da mesma forma, a poltrona sobre rodas foi desenvolvida em dois tamanhos, havendo ainda um terceiro modelo, de assento mais fundo, para acompanhar os sofás em veludo

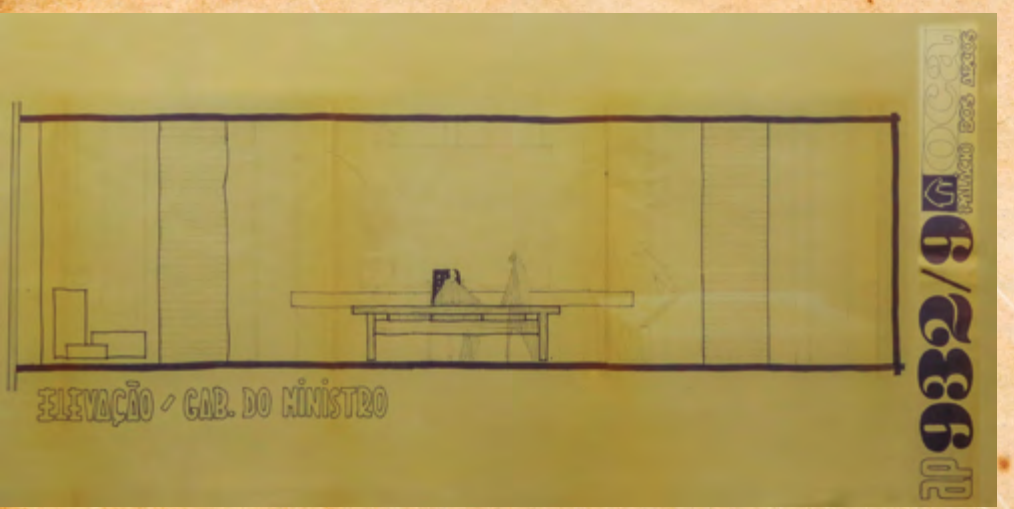
Para a Sala dos Tratados, Sérgio Rodrigues desenhou vitrines de 3 metros onde eram exibidos documentos históricos, e bancos na mesma medida, que eram utilizados também na grande sala de espera que existia no Gabinete (o Salão dos Embaixadores).

Finalmente, foi criada uma segunda cadeira estofada sobre rodízios, cujo assento era uma estrutura em concha revestida em couro.

A linha de produção da Oca, loja de Sérgio Rodrigues, oferecia versões menores de alguns desses modelos, como a mesa de centro Latini, o banco Eleh e a poltrona Kiko, bem como uma versão maior da poltrona em concha, de caráter mais social, comercializada sob o nome Jimmi. É difícil determinar o limite entre um modelo original e uma versão especial de uma modelo de catálogo, mas o próprio Sérgio Rodrigues utilizava uma numeração especial para a linha Itamaraty, que tem cerca de 15 itens, e afirmava que modelos como a Kiko e a Jimmi haviam sido criados para o Palácio dos Arcos.

Ana de Oliveira/AIG

Poltrona de espaldar alto



Caricatura do Ministro Magalhães Pinto, por Sérgio Rodrigues, conservada nos arquivos do SARQ, e fotograma do filme Palácio dos Arcos (1970), de David Neves

IPHAN

Luminária desenhada por Lívio Levi para o Salão de Recepções

A iluminação de Lívio Levi

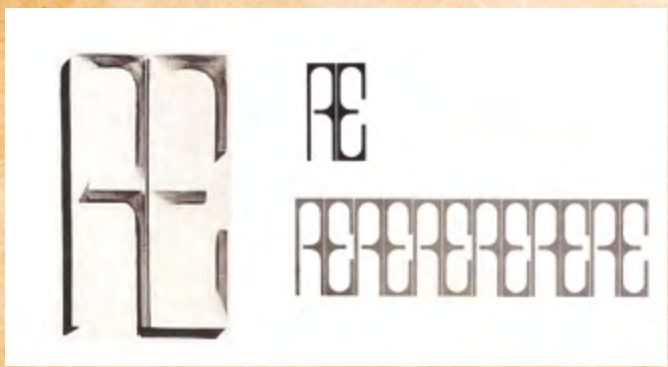
Prematuramente falecido, Lívio Levi foi um dos pioneiros mundiais em iluminação arquitetônica, e o Itamaraty, seu primeiro grande projeto. O arquiteto desenhou para o Palácio projetores submersos, que iluminavam os arcos de dentro do espelho d'água. Para o Salão de Recepções, desenhou luminárias de pedestal em alumínio, ainda em uso em várias salas do Ministério. Também sobrevivem nos arquivos da família fotos de um protótipo de faqueiro, mas não há registro de que tenha sido produzido e utilizado.

O símbolo RE

Finalmente, Aloísio Magalhães foi convidado a desenhar a logomarca RE do Ministério, inspirada nos arcos de Niemeyer. Magalhães foi o mais importante designer brasileiro dos anos 50 a 70. É o responsável por marcas como Unibanco, Petrobras, Açúcar União, Caixa Econômica Federal, Itaipu, UnB, entre muitas outras. A importância do designer para o Palácio, porém, ultrapassa a criação do RE, pois ele foi um constante interlocutor de Wladimir Murtinho, que nutria grande interesse por design. Inspirados nos Royal Warrants of Appointment que distinguem os fornecedores para família real britânica, Murtinho e Aloísio conceberam a ideia de reunir, em torno do projeto do Palácio os melhores designers da época.

Por trás dessa ideia estava uma concepção abrangente da cultura, que incluía não somente as grandes manifestações artísticas, mas também a tecnologia e o design, incorporados aos objetos e às atividades cotidianas. Essa concepção, que antecipa, de certa maneira, o conceito de patrimônio imaterial, seria desenvolvida por Aloísio Magalhães à frente do Centro Nacional de Referência Cultural e do IPHAN.

Joaquim Redig de Campos



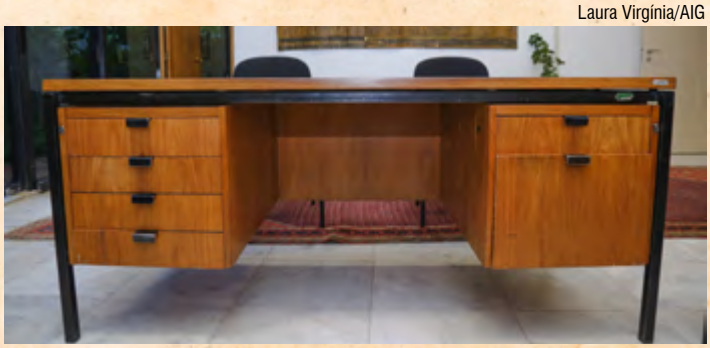
Pranchas de apresentação do símbolo RE

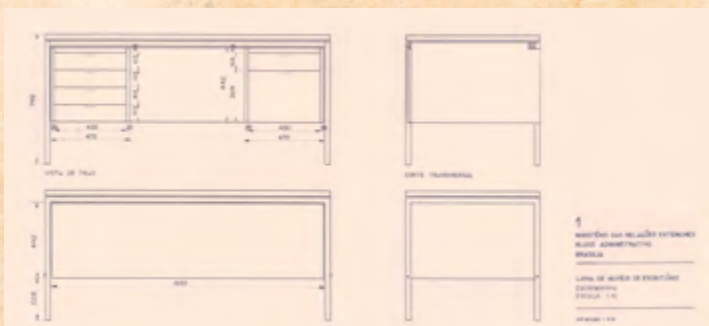
O bloco administrativo e o auditório: ambientes funcionais

Com a inauguração do Palácio em 14 de março de 1967, as recepções oficiais deixaram de acontecer no Alvorada ou no Rio de Janeiro. O Gabinete no Palácio era utilizado pelo Ministro de Estado quando vinha despachar em Brasília. Porém, o bloco administrativo (hoje chamado de Anexo I), destinado a acolher as demais unidades do Ministério ainda não havia sido concluído. Somente em 21 de abril de 1970, décimo aniversário de Brasília, o Ministério se transferiu integralmente para nova capital.

A ocupação do novo prédio gerou a encomenda de um novo projeto de mobiliário, com características funcionalistas, ao designer Karl Heinz Bergmiller.

Laura Virgínia/AIG





Sistema Bergmiller: desenho no. 1, conservado no SARQ

Karl Heinz Bergmiller

O alemão Karl Heinz Bergmiller foi um dos responsáveis pela implantação da profissão de designer no Brasil. Participou da criação do primeiro escritório de design do país, a Forminform (1958); do primeiro curso superior de design (Escola Superior de Desenho Industrial – UERJ); e do Instituto de Desenho Industrial do MAM/RJ, no qual colaborou com Wladimir Murtinho e com a Bienal de São Paulo na edição de três bienais de design, em 1968, 70 e 72, iniciativa pioneira não só no Brasil, mas no mundo. Tivera uma formação estritamente "bauhausiana": fora aluno de Max Bill na escola de Ulm, instituto fundado por este nos exatos moldes da Bauhaus, onde havia estudado.

Ainda em 1967, Bergmiller desenhara mesas para o terraço do Palácio. Para o bloco administrativo, o designer desenvolveu um sistema de mesas de escritório do qual 9 plantas se encontram conservadas nos arquivos do SARQ. A linha para o Itamaraty foi a base das linhas F e M, um dos primeiros trabalhos do designer para a Escriba, importante fábrica de móveis de escritório brasileira. Muitos dos móveis do sistema Bergmiller permanecem até hoje em uso. No anos 70 e 80, a Escriba continuou a fornecer mobiliário para o Ministério, o que conferia uma certa unidade visual aos ambientes de trabalho.

Nos arquivos do SARQ resta uma planta que demonstra que houve grande cuidado na organização dos ambientes de trabalho do Bloco Administrativo. Além do sistema Bergmiller, os Departamentos foram mobiliados com peças de Sérgio Rodrigues e da Forma, representante da Knoll americana. Nas subsecretarias ainda podem ser encon-

trados vestígios do projeto original: um conjunto particularmente recorrente é composto por uma escrivaninha Itamaraty, mesa de reunião e console Forma (desenho de Florence Knoll) e um tapete de Madeleine Colaço.

Também se conservam várias plantas com o projeto original do subsolo do Palácio, inaugurado no começo da década de 70. Esses espaços foram inteiramente projetados pela firma Herman Miller, dos assentos, modelos adaptados da poltrona "Time-Life" de Charles Eames, até o interior das cabines de tradução.

Esquema de móveis do segundo pavimento do Bloco Administrativo conservado no SARQ

Moderno e antigo

Uma dos elementos mais característicos do Palácio Itamaraty é a combinação entre arquitetura, arte e mobiliário modernos e peças antigas. Nos gabinetes do Palácio, o mobiliário de Sérgio Rodrigues e de Bernardo Figueiredo se combinava com uma coleção de 34 tapetes persas comprados em Beirute e Londres. Móveis, quadros e tapeçarias históricos, trazidos do Palácio do Rio de Janeiro ou comprados para ocasião, completavam a decoração.

Os ambientes de representação do terceiro andar, por sua vez, eram decididamente modernos. Nesses ambientes, destacavam-se pouquíssimas peças antigas, de grandes dimensões e significado histórico, como o teto da Sala Bahia, os anjos suspensos, um enorme arcaz, um banco de sacristia ou a mesa da Sala dos Tratados.

Porém, com o correr dos anos ocorreu no Palácio um paulatino e inconsciente processo de "historicização" dos ambientes de representação, motivado pela disponibilidade de peças decorrente do fechamento do Itamaraty do Rio entre 1970 e 1979, e pela própria deterioração das peças modernas. A arrojada ambientação concebida por Jorge Hue e Bernardo Figueiredo para o Salão de Honra, vitimada por uma chuva torrencial no início dos anos 70, foi substituída por mobiliário mais neutro, por tapetes persas e, com o fim das recepções noturnas, por móveis históricos, que hoje funcionam mais como peças de museu em exibição do que como repouso para convidados. A substituição definitiva das cadeiras de Joaquim Tenreiro pelas cadeiras "chippendale" do ERERIO (mandadas fazer por Maurício Nabuco, provavelmente na década de 30), constituiu a última etapa do processo.

Tapete de Madelaine Colaço localizado no gabinete

Madeleine Colaço

Segundo Wladimir Murtinho, "quantidades enormes de tapetes", para o Ministério foram encomendadas a Madeleine Colaço. Foram feitas peças para as salas de almoço do Palácio e para os departamentos, que ocupavam o segundo andar do Bloco Administrativo. Vários desses tapetes foram pendurados nas paredes como tapeçarias, o que permitiu sua preservação, e ainda podem ser vistos em algumas Subsecretarias e Departamentos. Curiosamente, Colaço realizou uma única peça para as paredes do Itamaraty: a grande tapeçaria sobre o mapa de Marini, o primeiro mapa mundi a incluir o Brasil.

O acervo do Itamaraty

Um levantamento fotográfico realizado pela AIG à época da morte de Sérgio Rodrigues identificou cerca de 100 peças de importantes designers brasileiros ainda em pleno uso no Ministério. Como nem todos os modelos feitos para o MRE foram comercializados, podem existir outros, ainda desconhecidos. Ademais, o Itamaraty possui grande quantidade de mobiliário de escritório dos anos 70 e 80, que permite retraçar a evolução desse ramo do desenho industrial brasileiro. Destacam-se, além dos móveis da Forma, diferentes linhas da fábrica Escriba (inclusive as linhas M e F, de Bergmiller), e alguns modelos da l'Atelier, de Jorge Zalszupin.

• **Conselheiro Heitor Granafei**, lotado na Assessoria de Imprensa do Gabinete

A naturalização brasileira

Uma questão que ocorre a muitos dos cônjuges estrangeiros casados com servidores do Itamaraty é se vale a pena fazer a naturalização brasileira. Obter a nacionalidade brasileira certamente traz vantagens, permitindo, por exemplo, a participação em certos concursos e em cargos eletivos. Há, no entanto, cargos que só podem ser ocupados por brasileiros natos, conforme o artigo 12, §3 da Constituição Federal. Esses são os casos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, membros da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa. Além disso, a naturalização pode ter consequências às vezes inesperadas, até a perda da nacionalidade de origem, dependendo do país de origem.

Para esclarecer dúvidas sobre a naturalização, o grupo dos cônjuges estrangeiros da AFSI realizou o seminário "Naturalização brasileira" em 11 de outubro, no Instituto Rio Branco, em Brasília. A advogada Ana Paula Dias Marques, do escritório Dias Marques e Pereira Viana Advogados, proferiu palestra sobre tipos de naturalização brasileira, requisitos legais, procedimentos administrativos, vantagens e riscos. O seminário teve 10 participantes ao vivo e pela Internet, conectados por meio de plataforma web. A gravação está disponível no site da AFSI.

Para a naturalização ordinária é preciso ter residido no Brasil por quatro anos, com visto permanente, saber

Divulgação AFSI

ler e escrever em português e não ter condenação na Justiça superior a um ano. Exceções podem reduzir o prazo de quatro anos de residência para um ano, como quando o estrangeiro tem filho ou cônjuge brasileiro.

Para a naturalização extraordinária é necessário ter residido por 15 anos no Brasil, sem condenação penal. A naturalização provisória é para estrangeiro "admitido no Brasil durante os primeiros cinco anos de vida e estabelecido definitivamente no Brasil". Ela pode ser transformada em naturalização definitiva até dois anos após a maioridade.

Para esses quatro tipos de naturalização, é necessário apresentar extenso rol de documentos e pagar uma taxa. Os pedidos de naturalização nessas categorias devem ser feitos na Delegacia da Polícia Federal mais próxima da residência do solicitante.

Tipo especial

Ainda há a naturalização especial que pode interessar particularmente aos cônjuges estrangeiros do Itamaraty. Seu requisito é ser casado há mais de cinco anos com diplomata brasileiro em atividade ou ter sido empregado em missão diplomática brasileira ou em repartição consular do Brasil por mais de dez anos ininterruptos. Não há obrigação de residência permanente no Brasil, mas é necessário comprovar estada no Brasil por, no mínimo, 30 dias.

Quando o cônjuge estrangeiro mora no exterior, o pedido da naturalização especial pode ser apresentado no Consulado ou na Embaixada do Brasil, informou o Conselheiro André Veras Guimarães, Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional (DCJI) do Itamaraty. Caso o cônjuge estrangeiro já resida no Brasil, o pedido pode ser feito diretamente na DCJI, que se encarrega do processo e da articulação com o Ministério da Justiça e Cidadania.

Susana Garon, argentina casada com diplomata brasileiro, relatou que seu processo de naturalização especial foi bastante simples e nem precisou dos serviços de um advogado. Susana apresentou o pedido de naturalização no Consulado brasileiro de Madri, onde residia na época. Quase dois anos depois, obteve a nacionalidade brasileira.

Consequências

É muito importante considerar também as consequências e riscos da naturalização. Antes de fazer um pedido de naturalização é recomendável verificar a situação da nacionalidade de origem. Há países que permitem a dupla nacionalidade, outros não a permitem – o que pode resultar na perda da nacionalidade de origem. Há países em que se pode iniciar um processo de solicitação de preservação da nacionalidade de origem, caso da Alemanha, por exemplo.

Outro aspecto a ser considerado é o serviço militar, obrigatório para brasileiros. A advogada Ana Paula Dias Marques explicou que o Brasil tem acordos com alguns países para evitar o duplo serviço militar.

Divulgação AFSI

Primeiro encontro do grupo dos cônjuges estrangeiros da AFSI, em junho de 2016, no Clube das Nações

Sarah Theurich Baracuhy, coordenadora do Grupo dos Cônjuges Estrangeiros da AFSI.

Unidades da Secretaria de Estado passam por mudanças com Decreto 8.817

O Decreto nº 8.817/2016 atualizou o disposto no Decreto nº 7.304/2010 e aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O novo diploma determinou as áreas de competência do MRE, estabeleceu a estrutura organizacional e definiu as competências das unidades. Algumas unidades foram extintas, outras foram criadas e algumas Divisões e Departamentos mudaram de nome ou sigla.

UNIDADE DECRETO 7.301	SIGLA	UNIDADE DECRETO 8.817	SIGLA
GABINETE	G	GABINETE	G
-	-	Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (incluída pelo Decreto no. 8.823)	CAMEX
SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES	SG	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES	SG
Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome	CGFOME	*Eliminada*	-
Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa	CGDEF	Passou à área da SGEAM	-
Inspetoria do Serviço Exterior	ISEX	Passou à área da SGEX	-
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA I	SGAP I	SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA I	SGAP I
Coordenação-Geral de Mecanismos Financeiros Inovadores para a Erradicação da Pobreza	CGMI	*Eliminada*	CGMI
-	-	Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança	DDEFS
Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais	COCIT	Divisão de Combate a Ilícitos Transnacionais	DCIT
Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa	CGDEF	Divisão de Assuntos de Defesa	DADF
Divisão da Europa I	DE I	Divisão da Europa Setentronial	DESET
Divisão da Europa II	DE II	Divisão da Europa Central e Oriental	DECEO
Divisão da Europa III	DE III	Divisão da Europa Meridional e da União Européia	DEMUE
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II	SGAP II	SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO	SGASP
Divisão da Ásia Meridional	DIAM	Divisão da Ásia Central e Meridional	DACEM
Divisão da Ásia Central	DASC	*Fundida com a Divisão de Ásia Meridional*	-

SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III	SGAP III	SUBSECRETARIA-GERAL DA AFRICA E DO ORIENTE-MÉDIO	SGAO
Coordenação-Geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	CGCPLP	Divisão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	DCPLP
Divisão da África I	DAF I	Divisão da África Central e Ocidental	DIACO
Divisão da África II	DAF II	Divisão da África Austral e Lusófona	DIAAL
Divisão da África III	DAF III	Divisão da África Oriental e Setentrional	DIAOS
Departamento do Oriente Médio	DOMA	Departamento do Oriente Médio	DOM
Divisão do Oriente Médio I	DOM I	Divisão do Levante	DLV
Divisão do Oriente Médio II	DOM II	Divisão do Golfo e da Península Arábica	DGP
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL, CENTRAL E DO CARIBE	SGAS	SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE	SGALC
Coordenação-Geral da União de Nações Sulamericanas e do Grupo do Rio	CGSUL	Coordenação-Geral de Mecanismos Regionais	CGMR
Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul	CGDECAS	Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos	CGLAC
Departamento da América do Sul I	DAS I	Departamento da América do Sul Meridional	DASME
Divisão da América Meridional I	DAM I	Divisão da Argentina e do Uruguai	DIAU
Divisão da América Meridional II	DAM II	Divisão da Bolívia e do Paraguai	DIBP
Departamento da América do Sul II	DAS II	Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental	DASSO
Divisão da América Meridional III	DAM III	Divisão do Chile, do Equador e do Peru	DICEP
Divisão da América Meridional IV	DAM IV	Divisão da Colômbia, da Guiana, do Suriname e da Venezuela	DICGSV
Departamento da Aladi e Integração Econômica Regional	DEIR	Departamento de Integração Econômica Regional	DEIR
Divisão de Integração Regional I	DIR I	Divisão de Negociações Comerciais Sul-Americanas e da Aladi	DSUL
Divisão de Integração Regional II	DIR II	Divisão de Negociações Comerciais com o México, América Central e Caribe	DINMAC
Departamento da América Central e Caribe	DACC	Departamento da América Central, do México e do Caribe	DEMEAC
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS	SGEF	SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS	SGEF

SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS	SGEF	SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS	SGEF
Coordenação-Geral de Organizações Econômicas	CORG	Divisão de Organizações Econômicas	DIOEC
Coordenação-Geral de Contenciosos	CGC	Divisão de Contenciosos Comerciais	DCCOM
Divisão de Acesso a Mercados	DACESS	Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas	DDF
Departamento de Negociações Internacionais	DNI	Departamento de Negociações Comerciais Extrarregionais	DNCE
Divisão de Negociações Extra-Regionais do Mercosul I	DNC I	Divisão de Negociações Comerciais com o Oriente Médio, a Africa e a Ásia	DNOA
Divisão de Negociações Extra-Regionais do Mercosul II	DNC II	Divisão de Negociações Comerciais com a Europa e a América do Norte	DNEA
Divisão de Cooperação Financeira e Tributária	DCF	Divisão de Cooperação Financeira e Tributária	DCFT
SUBSECRETARIA-GERAL DE MEIO AMBIENTE, ENERGIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	SGAET	SUBSECRETARIA-GERAL DE MEIO AMBIENTE, ENERGIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	SGAET
Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais	DME	Departamento para a Sustentabilidade Ambiental	DESA
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável	CGDES	Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável	DIPS
Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química	DCLIMA	Divisão da Mudança do Clima	DCLIMA
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR	SGEB	SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS	SGEB
Divisão de Documentos de Viagem	DDV	Coordenação-Geral de Documentos de Viagem	CGDV
Setor de Legalizações e Rede Consular Estrangeira	SLRC	Coordenação-Geral de Legalizações e da Rede Consular Estrangeira	CGLEG
SUBSECRETARIA-GERAL DE COOPERAÇÃO, CULTURA E PROMOÇÃO COMERCIAL	SGEC	SUBSECRETARIA-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, PROMOÇÃO COMERCIAL E TEMAS CULTURAIS	SGEC
Coordenação de Divulgação	DIVULG	*Eliminada*	-
SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR	SGEX	SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR	SGEX
-		Inspetoria do Serviço Exterior	ISEX
Coordenação-Geral de Licitações	CLI	Divisão de Licitações	DLC
Coordenação-Geral de Documentação Diplomática	CDO	*Eliminada*	-

Etiópia

Minhas noites frias na África
não são desterro ou exílio
porque sou neto, sou filho
carrego a herança atávica
dos trópicos,
da selva, da tribo
e na saudade,
converto, em passe de mágica,
os caracóis dos meus cabelos
e a melanina que me resta
em lembranças, em degelo,
em poesia, em festa.

Caminhos

Os túneis
para amanhã
escondem
por trás
das estruturas
de concreto,
na escuridão
da travessia,
hojes formidáveis.
Os trilhos
para amanhã
escondem
por trás
das dúvidas
e perguntas
de cada bifurcação
certezas
impublicáveis.

Decadência

Minhas feridas seguiam
abrindo, sob os esparadrapos
as tuas, cicatrizando,
sobre o fio da navalha.

ambos,
com um amargo na boca,
típico de quem morre
e de quem mata.

Exílio

O que mais dói no exílio
é não poder voltar,
para enterrar meus mortos
O que mais dói na cidade natal
é não poder fugir
para enterrar meus vivos

Os poemas e as ilustrações integram o livro “Terminal” (136 páginas, Selo Angaturama), lançado pelo Primeiro Secretário Rômulo Neves em 20 de setembro, em Brasília. A publicação está dividida em seis seções: Egos, Eros, Ecos, Êxodos, Ethos e Elos, que tratam da construção da personalidade; da sexualidade; do diálogo com outros poetas; do diálogo com o espaço; de situações do cotidiano; e da relação com a própria literatura.

Altri Tempi

De passagem por Brasília, tive a oportunidade de comparecer à Assembleia da ADB realizada a 21 de novembro. Como quase sempre, um dos temas da agenda tratou das dificuldades enfrentadas pelos diplomatas quando viajam a serviço, em face do atraso com que recebem as diárias que, a rigor, deveriam ser pagas antes da viagem.

Diz o Eclesiastes que não há nada novo sob o sol, e também neste ponto está certo. Como minha carreira diplomática começou na Idade Média, em 1953, posso afirmar que minha experiência confirma a sabedoria do Eclesiastes. Se não, vejamos. Mas antes, um esclarecimento: se a seguir cito com frequência cifras e taxas de câmbio, isto não se deve a ser eu um sovina que só pensa em dinheiro, e sim a ser dotado de uma boa memória, tanto para fatos quanto para números.

Os quatro primeiros colocados ao término do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata ganhavam uma viagem-prêmio de três meses aos Estados Unidos: dois meses de estágio na ONU e um mês em Washington, subdividido entre a Embaixada e a Missão junto à OEA. Eu e meu colega Márcio Rego Monteiro, como terceiro e quarto colocados, seguimos para Nova Iorque em junho de 1954, embolsando a generosa diária de US$ 17,90. Isso mesmo: não chegava a arredondar para US$ 18. Mas bastava. Márcio e eu tomamos um quarto duplo no Hotel Tudor, na rua 42, pertinho da ONU, por US$ 8 outros tempos.

Após décadas, pagamento das diárias ainda continua na pauta de discussão

Anos mais tarde, com a comoção criada pela renúncia de Jânio Quadros e o crescente desgoverno de João Goulart, a situação financeira e penúria cambial do Brasil (passarei por cima de sua relação com a desenfreada gastança que visava a inaugurar Brasília durante o governo Juscelino Kubitscheck) atingiram um ponto mais que crítico - um ponto dramático.

Estava servindo na Missão junto à ONU, em 1961, época em que os pagamentos aos funcionários em serviço no exterior eram feitos pela Delegacia do Tesouro em Nova Iorque. Certo mês, aqui a memória me falha, simplesmente não fomos pagos. Tudo indicava que um segundo mês se passaria sem que novamente víssemos um centavo de dólar. Paulo Pires do Rio, Márcio Rego Monteiro e eu adotamos então um sistema de crédito muito peculiar. Como nosso banco levava dois dias para debitar um cheque da conta corrente, Paulo me dava um cheque seu, eu dava um cheque ao Márcio e este dava um cheque ao Paulo. Tínhamos assim dois dias de folga, até que tivéssemos de repetir a dose. Aqueles cheques, é bom esclarecer, eram geralmente de US$ 20 cada.

Nossa defesa era o Batalhão Suez. Este foi uma importante contribuição do Brasil para ajudar a compor uma força internacional que se interpusesse entre egípcios e israelenses, para manter a paz depois da guerra de 1956. Nosso trunfo (de nós na missão junto à ONU) era o cheque com que a ONU compensava o governo brasileiro pela despesa com o Batalhão. Pago a cada três meses, o cheque da ONU era encaminhado à Missão. De posse do cheque, telefonávamos à Delegacia do Tesouro: “Chegou o cheque da ONU. Vamos mandá-lo. Por falar nisso, quando é que vocês nos vão pagar?”

Pura chantagem, mas como o pessoal da Delegacia precisava do dinheiro para se pagar... Na verdade, outros tempos – ainda mais porque o que a ONU nos ressarcia,

trimestralmente, ficava longe de um milhão de dólares.

Em março de 1963, teve lugar em Port-of-Spain uma reunião dos países produtores de cacau, com vistas a acertar uma posição comum para a vindoura conferência sobre um acordo internacional do cacau. Nossa delegação era encabeçada pelo Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e foi por essa que os diplomatas participantes puderam receber diárias: gentileza do Banco do Brasil – se bem que abaixo das então teoricamente pagas a quem viajasse a serviço.

Quando a conferência se reuniu, em setembro do mesmo ano, em Genebra, fomos pagos pelo próprio Itamaraty (que provavelmente recebera um reforço da Fazenda), mas nossas diárias foram reduzidas, se bem me recordo, de US$ 44 para US$ 35. Felizmente, naquele tempo a Suíça ainda era (acredite, é verdade) um país de vida barata.

Mesmo quem não se deslocasse a serviço tinha razões para queixas. Por muitos anos, a remuneração dos diplomatas no Brasil era insuficiente. O jeito era apelar para os dólares que se tivesse conseguido guardar enquanto a serviço no exterior. Recordo-me de que, quando voltei ao Rio de Janeiro, já casado e com filhos, consegui alugar um apartamento cujo aluguel era só um pouquinho menor do que meus vencimentos. Assim, geralmente não passávamos mais de dois anos no Brasil, pois com o fim das economias era preciso sair novamente para "ganhar em dólar". Havia, mesmo na administração da Casa, quem afirmasse que essa era a política certa, do contrário haveria diplomatas que não quereriam servir no exterior.

Algumas vantagens

Mas nem tudo era sacrifício, renúncia e pauperização para nós. Havia vantagens, se bem que involuntárias. Uma delas era o fato de que, por vários decênios, depois de 1953 as linhas aéreas tinham classe única. Assim, Terceiro Secretário ou Embaixador, a diária variava, mas todos viajavam com o mesmo conforto.

Em setembro de 1955, meu amigo e colega Fernando Abbott Galvão e eu viajamos na Varig para nossos primeiros postos, ele em Nova Iorque, eu a caminho de Caracas. Nosso voo foi o segundo daqueles com que a Varig comemorou a entrada em serviço de seus Super Constellations e a comemoração incluía refeições a bordo feitas e servidas, em pessoa, pelo mais badalado restaurateur do Rio de então. Bons tempos da classe única... O que posso dizer aos colegas que atualmente sofrem de nossa falta de recursos é que não desanimem. Tempos melhores virão!

Nos anos 1960, o salário era tão baixo que não passávamos mais de dois anos no Brasil. Era preciso sair para 'ganhar em dólar'. Acreditava-se que era a política certa, do contrário muitos não desejariam servir no exterior

Marcelo Rafaelli, Embaixador aposentado.

Exposição traz panorama sobre trajetória artística de Marcos Duprat

O diplomata aposentado e artista plástico Marcos Duprat apresenta um panorama de seu trabalho na exposição "Limites", no Espaço Cultural Eliseu Visconti (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro), entre 22 de novembro de 2016 e 17 de fevereiro de 2017. A mostra reúne 60 obras sobre papel e tela que abordam as transformações do artista em sua linguagem pictórica da figuração ou da imagem que descreve a realidade visível para a criação de espaços e paisagens oníricas e cromáticas.

Oito anos após sua última exposição no Rio de Janeiro, Duprat reencontra o público carioca nessa mostra que ilustra etapas de seu amadurecimento e transformação de sua linguagem plástica ao longo de 40 anos de trabalho. Dentre as obras expostas, algumas são datadas de décadas anteriores como citações dos desdobramentos a partir da virada do século. As obras recentes apresentam radical renovação.

ÁGUA E PEDRAS | WATER AND ROCKS • 1997
lápis s/ papel | pencil on paper • 65 x 50 cm

> **Trajetória diplomática no Rio de Janeiro, nos EUA e na Europa influenciou a obra de Duprat**

A luz segue como elemento protagônico e de articulação. O plano pictórico compõe-se de áreas de cor em expansão, construídas por pinceladas que obedecem a um ritmo concêntrico e radial e que criam superfícies que evocam ou configuram horizontes e paisagens cromáticas.

A técnica de Duprat é a velatura, em que a cor resulta da superposição de pigmentos em camadas. Nas telas o meio empregado é o óleo, enquanto no papel usa óleo, pastel oleoso, aquarela e lápis.

A mostra, que foi exibida anteriormente no Museu Brasileiro da Escultura (Mube), em São Paulo, vem acompanhada do livro "Limites / Boundaries", editado em 2015, e de novo catálogo editado pela Biblioteca Nacional. No texto de apresentação do livro, Vera Pedrosa assinala a transformação na obra de Marcos Duprat a partir dos seis anos de sua permanência no Japão (2000-2006), quando sua pintura sai do ateliê e se volta para a descrição da natureza com renovado vigor.

Desde 2008, Duprat tem seu ateliê no Rio de Janeiro. Seu acervo pessoal conta com um número expressivo de pinturas, trabalhos sobre papel, desenhos, fotografias e esculturas. Nascido no Rio de Janeiro em 1944, o artista manteve ao longo de sua vida diplomática a constância e o fluxo de sua obra. As influências de sua formação artística no Rio de Janeiro e nos EUA, bem como posteriormente dos sete anos vividos na Europa e dos nove na Ásia, deixaram traços nítidos em seu trabalho. Não obstante, o seu registro visual é singular e se mantém coerente.

MONTANHAS – TRÍPTICO | MOUNTAINS – TRIPTYCH • 2012
óleo s/tela | oil on canvas • 77 x 159 cm

Eduardo Moreira Hosannah, uma carreira dedicada à Administração

Nossa instituição costuma homenagear os que, com perfil de estadista, se destacaram no ofício da diplomacia. O Embaixador Eduardo Moreira Hosannah, falecido em 1º de dezembro, não tinha esse perfil, nem pretendeu tê-lo. No entanto, meu ex-chefe e amigo, como poucos outros diplomatas, em qualquer tempo, deixou sua marca na história da organização do Itamaraty.

Cerca de 80% dos diplomatas – e percentual ainda maior de Oficiais e Assistentes de Chancelaria – não terão conhecido o Embaixador Hosannah, aposentado em junho de 1992. Não o conheceram e, certamente, desconhecem o papel de Hosannah na modelagem e na execução de institutos fundamentais para suas vidas nesse Ministério.

O Embaixador Hosannah chegou, tardiamente, à área administrativa. Sua carreira, iniciada em 1951, voltou-se, maiormente, para o trato de assuntos referentes a organismos internacionais. Serviu como Secretário em Genebra, atuou em conferências sobre desarmamento, chefiou a Divisão das Nações Unidas.

Em 1975, como Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, Hosannah foi escolhido pelo Chanceler Antonio Azeredo da Silveira para a delicada missão de montar e chefiar uma repartição, em Nova York, que assumiria as múltiplas funções até então exercidas naquela cidade pela Delegacia do Tesouro, órgão do Ministério da Fazenda. Silveira, profundo conhecedor da administração dessa Casa e de suas gentes, foi buscar um nome sem qualquer passagem prévia pela área administrativa. Certamente o fez por confiar no caráter, na integridade, no bom senso e na capacidade de trabalho do então Ministro Eduardo Hosannah.

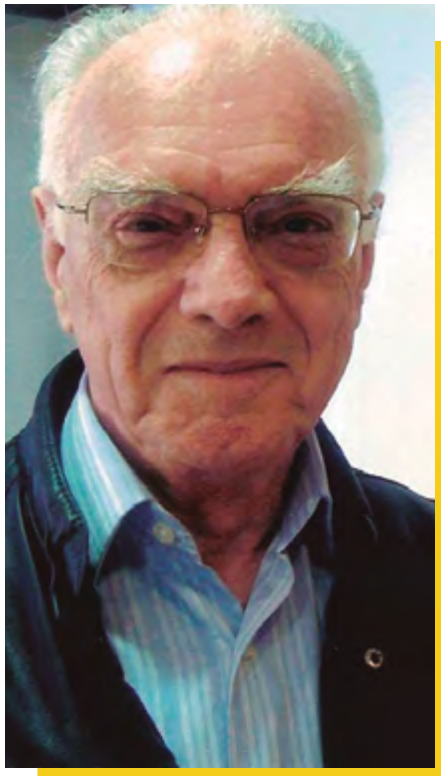
Novos parâmetros de gestão

Três anos depois, em 1978, Hosannah é nomeado para chefiar o Departamento Geral de Administração (DGA), depois transformado na Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior. Tive a honra de trabalhar com ele, de 1979 a 1983, sucessivamente como sub-chefe e chefe da Divisão do Pessoal (atualmente DSE) e como seu Chefe de Gabinete, no DGA.

Desse período, destacarei, dentre tantas outras, duas importantes realizações: na área de pessoal, a estruturação e universalização do instituto da correção cambial e inflacionária paga aos servidores no exterior; e, na área da administração patrimonial, a notável expansão da rede de imóveis próprios nacionais no exterior.

Posteriormente, em janeiro de 1979, graças à aprovação presidencial à Exposição de Motivos DA/IGF/DP/067, a retribuição dos servidores no exterior passou a ser corrigida por coeficientes que refletissem as variações do dólar norte-americano em relação às unidades monetárias locais.

Arquivo pessoal



Pouco tempo mais tarde, o MRE conseguiu que a correção cambial fosse ampliada para compreender, também, o efeito pernicioso do fator inflacionário verificado em cada país. Sem essa correção cambial e inflacionária, recentemente incorporada, formalmente, aos vencimentos por exigência do Tribunal de Contas da União (TCU), seria virtualmente impossível servir no exterior.

Naquele ano, Hosannah procurou o então Ministro do Planajemento, Anto-

nio Delfim Neto, para pedir a alocação de recursos orçamentários a fim de construir imóveis para instalar Embaixadas e Consulados no exterior. Delfim Neto foi prático e direto. Disse que não destinaria parcela orçamentária para esse fim, mas que ajudaria o MRE a levantar, junto ao Banco do Brasil em Nova York, uma linha de crédito para custear essas aquisições.

Ante a preocupação de Hosannah quanto à capacidade do Itamaraty de pagar o empréstimo com recursos de seu orçamento, Delfim deu a palavra tranquilizadora. Explicou que, nos seis anos iniciais de carência, o Itamaraty pagaria somente os juros relativos às parcelas efetivamente sacadas. No momento de amortizar o principal, como se tratava de uma obrigação assumida pelo Governo brasileiro, o Planejamento ocorreria com os créditos necessários.

Graças a essa linha de crédito, no valor máximo de cinquenta milhões de dólares, o MRE comprou e construiu mais de 30 imóveis próprios nacionais no exterior, número superior a todo o patrimônio até então.

Mudança nas licitações

Dentro da política patrimonial idealizada e desenvolvida nesse período, tiveram prioridade postos na América do Sul, seguida de África, Oriente Médio e Extremo-Oriente. As licitações eram sempre realizadas no local de construção, com os projetos desenvolvidos e acompanhados por arquitetos brasileiros. Curiosamente, Hosannah sempre teve preocupação de não contratar empreiteiras brasileiras para obras de construção de Embaixadas no exterior, para evitar interferências políticas.

Hosannah era inflexível quanto à necessidade de que as operações imobiliárias fossem irrepreensíveis em seus aspectos legais e formais. Lembro-me de que perdemos duas excelentes oportunidades – uma na África, outra no Oriente Médio – em virtude da exigência dos proprietários de receber o pagamento de parcela substancial do preço em praça europeia.

Apesar de ser praxe nos mercados imobiliários locais, tal prática não encontrava respaldo na legislação dos respectivos países. Hosannah vetou as operações. Registre-se que a trintena de operações de compra ou construção de imóveis no exterior, apesar dos elevados montantes envolvidos, nunca foi objeto de reparos de meios de comunicação ou de ressalva por parte do TCU.

Como chefe do DGA, Hosannah sempre deu atenção muito especial aos postos em países de condições peculiares, sobretudo na África. Possivelmente terá sido ele o chefe da Administração do Itamaraty que mais viajou a esses postos, sempre com um olhar atento para as necessidades materiais das Embaixadas ou Consulados e outro para as condições de vida de seus servidores.

No início dos anos 1980, acompanhei Hosannah em visita a países do Leste europeu. Em cada cidade, além de reunir-se com o Embaixador e sua equipe, fez questão de visitar a residência de cada um dos servidores do quadro, do Ministro-Conselheiro ao Agente de Portaria. Não poucas vezes percebi o constrangimento de algum chefe de posto, por não ter noção de onde, nem de como, viviam seus funcionários.

Arquivo pessoal

Governo Collor

Quando parecia que Hosannah encerraria sua carreira como Embaixador em Viena, quis o destino trazê-lo, novamente, em 1990, para chefiar a área administrativa. O recém-empossado Presidente da República nomeara, para

a Secretaria-Geral da Presidência, seu cunhado, o Embaixador Marcos Coimbra, colega de turma, compadre e amigo de toda a vida de Eduardo Hosannah. Nessa oportunidade, como chefe do Departamento de Administração (DA), voltei a trabalhar com Hosannah.

No primeiro dia de seu governo, Collor editou uma medida provisória "ônibus". Entre outras providências relacionadas ao Itamaraty, inspiradas por Hosannah e por Coimbra, estabelecia o funcionamento de três Secretários-Gerais (de Política Exterior, Executivo e de Controle) e decretava a "expulsória" na carreira diplomática – passagem para o Quadro Especial de Ministros de Primeira Classe, de Segunda Classe e de Conselheiros ao atingirem determinadas idades ou 15 anos de classe.

Ambas foram medidas revolucionárias. A primeira não vingou, tendo sido desfeita pouco tempo depois para restabelecer a figura única do Secretário-Geral de Política Exterior. A "expulsória" segue em vigor e, desde então, tem sido fonte de abertura de vagas para promoções na carreira diplomática e inibidora de carreiras meteóricas.

Tempos difíceis

Essa drástica alteração do regime jurídico tomou de surpresa muitos diplomatas, que tiveram de regressar ao Brasil, compulsoriamente, ao serem transferidos para o Quadro Especial – posteriormente, o STF reconheceu a inconstitucionalidade do dispositivo que proibia o exercício no exterior de diplomatas do Quadro Especial. Infelizmente não foi prevista qualquer regra de transição que escalonasse o impacto da medida e conferisse tempo razoável para que os diplomatas atingidos pudessem acomodar suas vidas.

A presença de Hosannah na chefia da Administração e seu acesso ao Secretário-Geral da Presidência foram fundamentais para que o Itamaraty navegasse incólume por difíceis tempos de austeridade e de restrições orçamentárias, semelhantes aos atuais.

Como agravante, o Ministério viu-se envolvido pelo escândalo dos desvios de recursos da Fundação Visconde de Cabo Frio (FVCF), importante órgão de apoio e assistência aos servidores. O desmoronamento da FVCF punha em risco a continuidade de programas por ela administrados, entre os quais seguro-saúde contratado com a Prudential. O seguro era oneroso para os servidores e podia ser contratado apenas pelos sócios da FVCF.

Hosannah agiu com rapidez e eficiência, o que possibilitou a edição, já em setembro, do Decreto nº 99.525/1990, que estabeleceu o Programa Complementar de Assistência Médica do Serviço Exterior. Como resultado, os membros das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro (SEB) e demais servidores no exterior passaram a ser cobertos, sem ônus, por seguro-saúde que incluía seguro de acidentes e de vida, além de beneficiar aposentados e pensionistas. Esta "âncora" legal tem sido absolutamente imprescindível para garantir a segurança e o bem-estar dos servidores do SEB, especialmente daqueles lotados no exterior.

Auxílio-moradia

O auxílio-moradia começou a ser pago no exterior, desde 1968, a Cônsules-Gerais e Ministros-Conselheiros em alguns postos, sempre com base em autorizações presidenciais exaradas em exposições de motivos. Pouco a pouco, o benefício foi estendido a integrantes de outras carreiras do SEB.

Em 1992, foi submetida exposição de motivos ao Presidente da República propondo a extensão do pagamento do auxílio-moradia a todos os servidores do MRE em exercício no exterior.

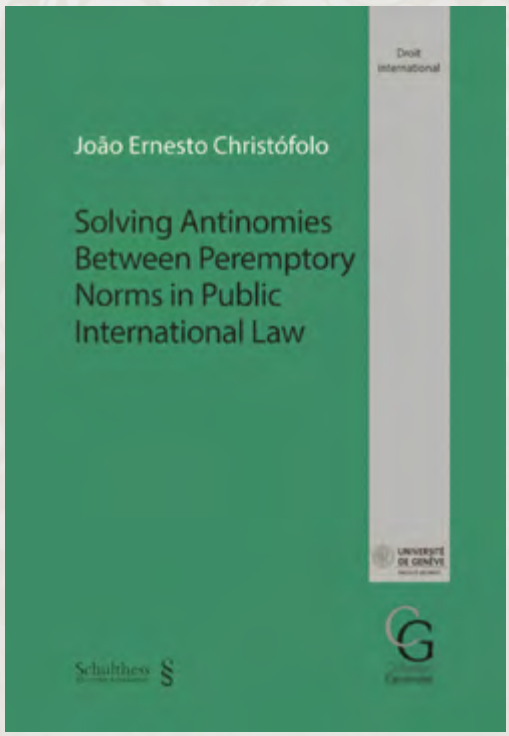
A aprovação de Fernando Collor foi importante não somente para garantir a universalização do benefício, mas também para conferir o necessário aval do novo Presidente, eleito democraticamente, ao que o Itamaraty vinha praticando desde o governo Costa e Silva. Nesse período, foram baixadas novas regras para a concessão do auxílio-moradia, considerando o número de dependentes de cada servidor.

Hosannah era homem de discreta circunstância. Tenho a certeza de que, ao recordar algumas de suas principais realizações na chefia da administração do Itamaraty, ao invés de discorrer sobre traços de sua marcante personalidade ou relembrar passagens de nossa convivência, estarei prestando a ele, em caráter pessoal, homenagem que julgo lhe ser devida.

Embaixador Lucio Amorim, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial.

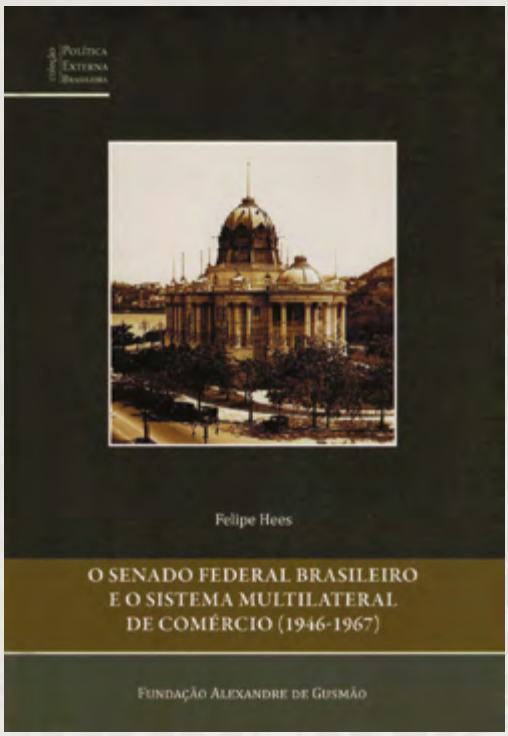
SOLVING ANTINOMIES BETWEEN PEREMPTORY NORMS IN PUBLIC INTERNATIONAL LAW

CHRISTÓFOLO, João Ernesto
(Genebra-Zurique: Schulthess Éditions Romandes, 2016, 354 p.; ISBN: 978-3-7255-8599-1)



Dentre os poucos diplomatas com teses de doutorado publicadas, a desse autor é provavelmente a única a integrar, com menos de vinte outras, a coleção Genevoise da Faculdade de Direito da Universidade de Genebra, no campo do direito internacional. Christófolo aborda trata de uma questão conhecida dos internacionalistas do direito, desde Grotius e Vattel, mas, a despeito da vasta literatura já existente a esse respeito, pouco se tem estudado a questão dos conflitos entre as próprias normas peremptórias.

Sua tese vem preencher uma lacuna, daí a inclusão nessa coleção restrita, inclusive porque não se tem uma hierarquia clara entre conflitos normativos e qual norma deve prevalecer. Ele propõe uma teoria para esclarecer essa lacuna, dentro da teoria geral do jus cogens. Impressionante o número de casos estudados. Parabéns!

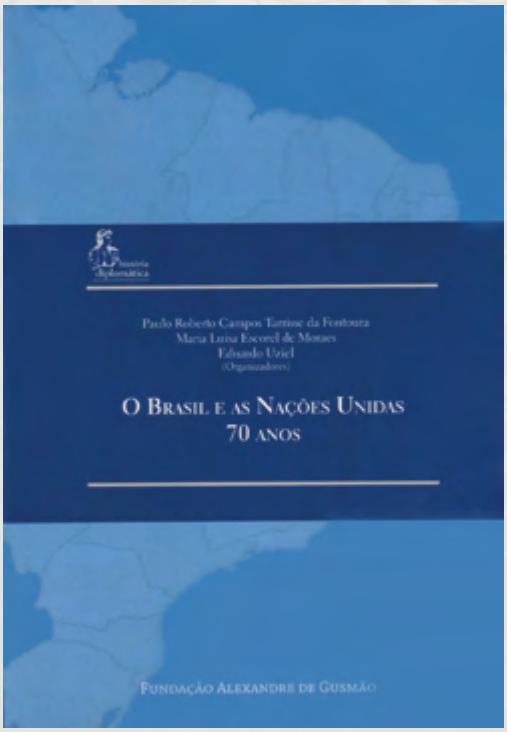


O SENADO FEDERAL BRASILEIRO E O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO (1946 - 1967)

HESS, Felipe
(Brasília: Funag, 2016, 383 p.; ISBN: 978-85-7631-626-8; Coleção Política Externa Brasileira)

O parlamento brasileiro comparece ocasionalmente em estudos da política externa e, poucas vezes, em estudos aprofundados de temas relativamente complexos de nossa interface externa, como é o caso da diplomacia comercial. Esse trabalho, inédito na bibliografia especializada, cobre a atuação do Senado em torno da participação do Brasil no GATT, no período da Constituição de 1946.

O prefaciador, embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, sublinha que assistimos desde então à construção de um dos mais arraigados sistemas protecionistas no mundo, além de o país continuar insistindo no famoso tratamento especial e diferenciado em favor de países em desenvolvimento. Com todos esses percalços, o Brasil foi um dos maiores participantes nas negociações comerciais multilaterais, processo coroado, recentemente, com a direção da OMC.



O BRASIL E AS NAÇÕES UNIDAS, 70 ANOS

TARRISSE DA FONTOURA, Paulo Roberto Campos; ESCOREL DE MORAES, Maria Luisa; UZIEL, Eduardo (Orgs.)
(Brasília: Funag, 2015, 532 p.; ISBN: 978-85-7631-569-8; Coleção História Diplomática

Essa obra coletiva é excepcional a mais de um título. Apresenta, em sua primeira parte, as instruções e o relatório da delegação brasileira à conferência de criação da ONU, precedidos de uma introdução à documentação histórica por Eduardo Uziel, que versa sobre os textos fundadores da posição brasileira, entre eles a Ata de Chapultepec, do início de 1945, e os planos traçados em Dumbarton Oaks (transcritos no Anexo 1) e comentários a estes por diversos países.

Na segunda parte, comparecem seis diplomatas (Eugênio Garcia, Ronaldo Sardenberg, Celso Amorim, Gelson Fonseca, Maria Luiza Viotti e Antonio Patriota) com textos históricos e analíticos sobre a ONU, sobre a participação do Brasil no CSNU e sobre as perspectivas de reforma para a ampliação deste último.

INSTITUTO DE CULTURA COMO INSTRUMENTO DE DIPLOMACIA

MADEIRA FILHO, Acir Pimenta
(Brasília: Funag, 2016, 228 p.; ISBN: 978-85-7631-623-7; Coleção CAE)

Institutos culturais são comuns em países dotados de um histórico de grandes contribuições à cultura universal, mas podem, também, ser usados como instrumentos úteis de atuação externa no caso de países que precisam, justamente, corrigir certos estereótipos que persistem na comunidade mundial. O Brasil já possui diversos tipos de soft power e Pimenta demonstra como eles podem ser mobilizados para ajudar a "vender" bens tangíveis e produtos intangíveis.

Ele examina os casos da França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Japão, Espanha, Portugal e China e, com maior detalhe, os exemplos da Aliança Francesa e do Instituto Cervantes, para então propor a criação de um Instituto Machado de Assis, que seria não apenas de cultura, mas também de internacionalização da língua portuguesa. Excelente proposta!

PENSAMIENTO DIPLOMÁTICO BRASILEÑO: FORMULADORES Y AGENTES DE LA POLÍTICA EXTERIOR, 1750-1964

PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.)
(Brasília: Funag, 2016, 3 vols.; ISBN: 978-85-7631-588-9)

Versão em espanhol, que precede uma próxima versão em inglês, dessa obra coletiva que, lançada originalmente em português em 2013, já se tornou um clássico dos estudos de história intelectual no Brasil. A publicação, foca a contribuição dos personagens mais relevantes que moldaram, explicaram ou conduziram (simultaneamente, em diversos casos) a política externa brasileira (ou mesmo antes, no caso de Alexandre de Gusmão), ao longo de mais de dois séculos de afirmação de uma diplomacia que se tornou respeitada na região e no mundo.

A obra deve alicerçar ainda mais o prestígio dessa diplomacia entre os vizinhos, e reforçar seus méritos em escala mais ampla, quando a edição em inglês estiver disponível. Original, sob diversos aspectos, essa bela iniciativa analítica deveria ter continuidade em novas vertentes.

EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS E DIPLOMACIA PÚBLICA

GOLDMAN, Flavio
(Brasília: Funag, 2016, 296 p.; ISBN: 978-85-7631-614-5; Coleção CAE)

A despeito de ter sediado dois grandes eventos entre 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Olimpíadas), o Brasil ainda não hospedou uma exposição universal, que costuma ser a marca de elevação do país anfitrião a um padrão mais elevado de desenvolvimento, mas participou de quase todas elas, desde a segunda metade do século XIX.

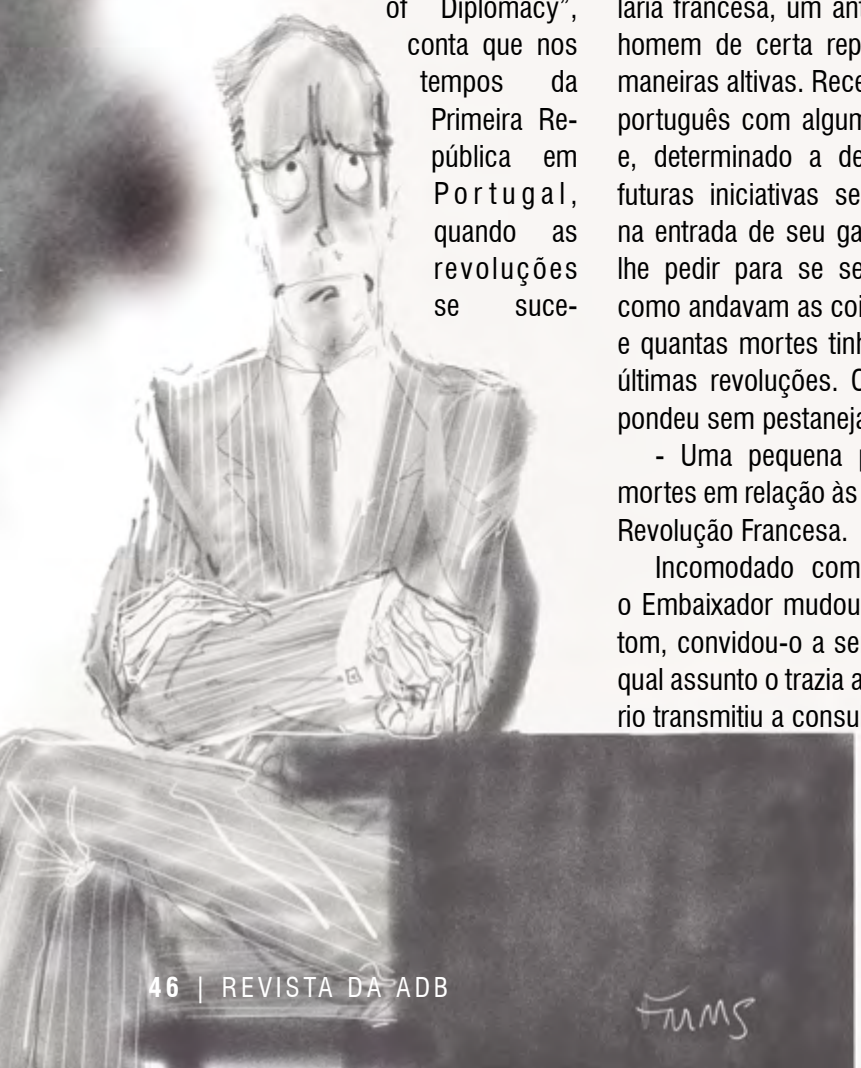
Essa tese de CAE faz um levantamento primoroso do papel desses grandes eventos, em grande medida beneficiada pelo fato de seu autor ter atuado na candidatura de São Paulo a uma exposição desse tipo: depois de um histórico de sua realização em diversos países, geralmente desenvolvidos, e da participação do Brasil, Goldman discorre sobre as exposições como eventos de diplomacia pública, mostrando como o país poderia entrar nesse "universo" grandioso de prestígio internacional.

Paulo Roberto de Almeida, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI-Funag).

Compostura sem dobrar a espinha

No relacionamento bilateral, os diálogos com autoridades podem azedar porque, às vezes, como dizem os portugueses, elas "vêm de borzeguins ao leito", sobretudo se são hierarquicamente superiores. Nessa hora, o diplomata deve procurar manter a compostura sem dobrar a espinha e, se possível, ao invés de dar uma resposta dura, buscar na ironia, no sarcasmo ou na zombaria uma forma de desarticular argumentação do adversário.

O diplomata português José Calvet de Magalhães, em "The Pure Concept of Diplomacy", conta que nos tempos da Primeira República em Portugal, quando as revoluções se sucediam e reinava grande confusão no país, um jovem Secretário português estava como Encarregado de Negócios em Paris, na ausência do Embaixador. O governo de Portugal instruiu que perguntasse imediatamente ao governo francês qual seria sua posição em uma conferência a se realizar dias depois.



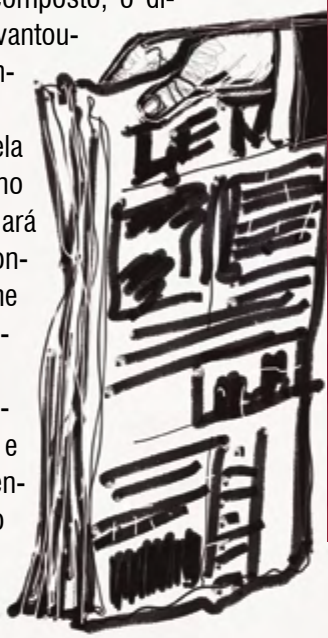
O jovem diplomata não conseguiu obter nenhuma informação nos diferentes níveis de contatos que mantinha junto ao Quai d'Orsay. Tomando coragem, decidiu solicitar audiência urgente com o Secretário-Geral da Chancelaria francesa, um antigo Embaixador, homem de certa reputação, mas de maneiras altivas. Recebeu o diplomata português com alguma contrariedade e, determinado a desencorajá-lo de futuras iniciativas semelhantes, logo na entrada de seu gabinete, antes de lhe pedir para se sentar, perguntou, como andavam as coisas em Portugal e quantas mortes tinham causado as últimas revoluções. O diplomata respondeu sem pestanejar:

- Uma pequena percentagem de mortes em relação às provocadas pela Revolução Francesa.

Incomodado com a observação, o Embaixador mudou rapidamente de tom, convidou-o a sentar e perguntou qual assunto o trazia até ali. O Secretário transmitiu a consulta de seu governo, a qual o Secretário-Geral respondeu secamente:

- Caro colega, compre o Le Temps amanhã de manhã e saberá qual a posição francesa.

Sempre calmo e composto, o diplomata português levantou-se para sair e respondeu:



- Muito obrigado pela sugestão. Meu governo com certeza apreciará profundamente o conselho, uma vez que lhe permitirá fazer consideráveis economias.

O Embaixador franziu as sobrancelhas e não pôde resistir à tentação de indagar o significado dessas palavras. O Secretário explicou calmamente:

- Se meu governo seguir o conselho de Vossa Excelência, na certa fechará todas as missões diplomáticas e, em seu lugar, fará uma assinatura dos principais jornais em diferentes capitais do mundo.

O Secretário-Geral francês soltou sonora gargalhada, pediu-lhe que se sentasse novamente e deu a informação que o diplomata português procurava.

Trecho da obra "Os bastidores da Diplomacia: o bife de zinco e outras histórias", de autoria do **Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro.**

Convênios da ADB

A ADB possui convênios que garantem descontos em diversos serviços. Para sugestões de novas parcerias, valores e maiores informações, acesse **http://adb.org.br/convenios/**

Educação

Hotéis

Restaurantes

Óticas

Advocacia e Despachante

Saúde e Estética

Aluguel de Veículos

Diretoria da ADB

Presidente: Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Vice-Presidente: Embaixador Ronaldo Costa Filho
Diretor Administrativo: Ministro Felipe Costi Santarosa
Diretor de Estudos e Pesquisas: Conselheiro Bruno Guerra Carneiro Leão
Diretor Parlamentar: Secretário Leonardo Valverde Corrêa da Costa
Diretor Financeiro: Secretário Rafael Gurgel Leite
Diretor Jurídico: Secretário Joaquim Maurício Fernandes de Morais
Diretora de Comunicação: Secretária Marcela Campos Pereira de Almeida
Diretor de Eventos: Secretário Alexandre Souto

Conselho Fiscal

Ministro Paulo Roberto de Almeida
Secretária Letícia Frazão de Moraes Leme
Secretário Carlos Augusto Rollemberg de Resende

Secretariado

Tércio Arcúrio – Gerente administrativo
Jacqueline Francisca da Cruz – Assistente administrativa
Danielle de Sousa Sabiá - Assistente administrativa

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS (ADB)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329–A,
CEP: 70170–900
Brasília – Brasil
Telefones: (61) 2030-6950 / 3224-8022
Fax: (61) 3322-0504
E–mail: secretaria@adb.org.br
Site: www.adb.org.br